

RESOLUÇÃO Nº 20/CONSU/IFAC, DE 16 DE JULHO DE 2020

Dispõe sobre a Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso Técnico Subsequente ao Ensino Médio em Serviços Públicos, ofertado pelo Campus Tarauacá.

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE (IFAC), no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei nº 11.892/2008 e pela Portaria nº 385, de 14 de abril de 2020, publicada no DOU nº 72, seção 2, página 19, de 14 de abril de 2020,

Considerando o deliberado na 31ª Reunião Ordinária do Conselho Superior (CONSU), no dia 03 de julho de 2020, e o que consta no inciso III do Art. 9º e no Art. 39 da Resolução CONSU/IFAC nº 045 de 12 de agosto de 2016, que aprova o Regimento Interno do Conselho Superior;

CONSIDERANDO o Processo nº 0094427.00008115/2019-20,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso Técnico Subsequente ao Ensino Médio em Serviços Públicos, ofertado pelo Campus Tarauacá, com oferta semestral, no período noturno, carga horária de 810 horas e duração de 3 semestres.

Art. 2º Estabelecer que conste como anexo desta Resolução, a Matriz Curricular do Projeto Pedagógico do Curso Técnico Subsequente ao Ensino Médio em Serviços Público.

Art. 3º Esta Resolução deve ser publicada no Boletim de Serviço e no portal do IFAC.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de 03 de agosto de 2020.

Rio Branco/AC, 16 de julho de 2020.

(Original assinado)

ROSANA CAVALCANTE DOS SANTOS

Presidente do Conselho Superior

ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 20/CONSU/IFAC, DE 16 DE JULHO DE 2020

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

	DISCIPLINAS	CH (Horas-Relógio)	CH*	Aulas
			(Hora-aula)	(Semanais)
	Ética no Serviço Público	30	36	2
	Noções de Administração Pública	45	54	3
	Noções de Direito Administrativo e Tributário	45	54	3
	Português Instrumental e Redação Oficial	45	54	3
	Metodologia Científica	30	36	2
	Economia Política	45	54	3
	Informática Básica	30	36	2
	Carga Horária do Semestre	270	324	18
	Patrimônio Público, Materiais e Logística	45	54	3
	Estatística Básica	30	36	2
	Orçamento Público e Gestão Participativa	45	54	3
	Gestão de Projetos	30	36	2
	Economia Brasileira	30	36	2
	Inglês Básico	30	36	2
	Informática Aplicada	30	36	2
	Noções de Contabilidade Pública	30	36	2
	Carga Horária do Semestre	270	324	18
	Contratos, Compras e Convênios	45	54	3
	Economia do Setor Público	30	36	2
	Lei de Responsabilidade Fiscal	45	54	3
	Gestão de Documentos e Arquivologia	30	36	2
	Gestão de Pessoas	30	36	2
	Matemática Financeira	30	36	2
	Qualidade no Atendimento ao Público	30	36	2
	Libras	30	36	2
	Carga Horária do Semestre	270	324	18
	Carga Horária Total do Curso	810h	972	54

Projeto Integrador			
Semestre	Hora-relógio	Hora-aula	Encontros Semanais
1º	30h	36	2
2º	30h	36	2
3º	30h	36	2

Tabela Resumo

Total Hora-relógio	810h
Total hora-aula	972
Projeto Integrador	90h



PROJETO PEDAGOGICO DE CURSO TÉCNICO
INSTITUTO FEDERAL DO ACRE

SUBSEQUENTE

Campus Tarauacá



**INSTITUTO
FEDERAL**
Acre



**INSTITUTO
FEDERAL**
Acre



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO EM SERVIÇOS PÚBLICOS



RIO BRANCO – ACRE



**INSTITUTO
FEDERAL**
Acre



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

ROSANA CAVALCANTE DOS SANTOS
Reitora

MARIA LUCILENE BELMIRO DE MELO ACÁCIO
Pró-Reitora de Ensino

LUIZ PEDRO DE MELO PLESE
Pró-reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

FÁBIO STORCH DE OLIVEIRA
Pró-Reitor de Extensão

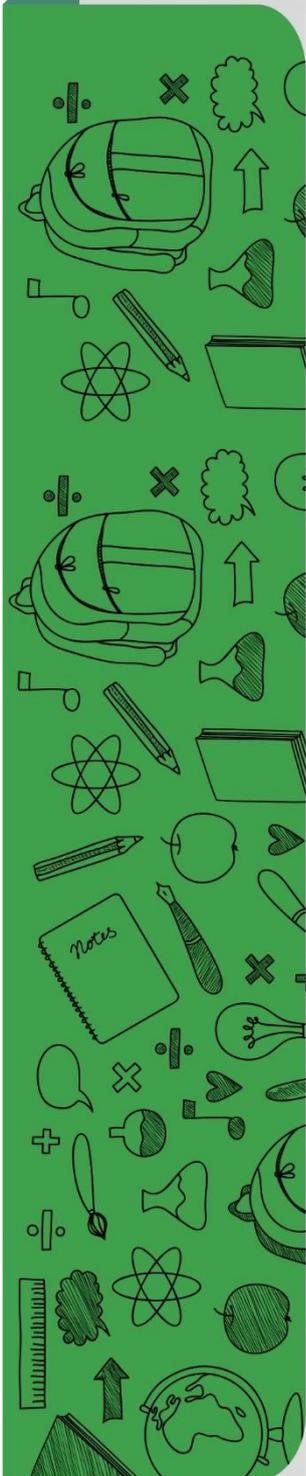
UBIRACY DA SILVA DANTAS
Pró-reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

JOSÉ CLAUDEMIR ALENCAR DO NASCIMENTO
Pró-Reitor de Administração

SÉRGIO GUIMARÃES DA COSTA FLÓRIDO
Diretor Geral – *Campus Tarauacá*

RICARDO DE SOUZA TAMBURINI
Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão

DAIANA DA SILVA SAMPAIO ARAÚJO
Diretora de Administração, Manutenção e Infraestrutura





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO*

Tayson Ribeiro Teles – Presidente
Orlando da Rocha Melo Júnior – Secretário
Carlos Roberto Ribeiro da Silva Júnior
Hérika Fernanda Dantas Montilha
Muller Padilha Gonçalves
Ângelo Maggioni Silva
Matsunaga Paulo de Oliveira Sekiguchi
Delma Pereira Andrade
Ricardo de Souza Tamburini
Alan da Silva Saldanha - Suplente
Antônio Manoel de Sousa Filho - Suplente

* Portaria IFAC/CTA nº 08 de 03/05/2019, que constituiu o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Eixo Tecnológico Gestão e Negócios do IFAC – *Campus* Tarauacá, publicada no Boletim Extraordinário Ano IX - nº 25, de 03/05/2019, retificada pela Portaria IFAC/CTA nº 10 de 01/07/2019, publicada no Boletim Ordinário Ano IX - nº 04 - 05 de Julho de 2019.



SUMÁRIO

1. JUSTIFICATIVA	7
2. OBJETIVOS	13
2.1 OBJETIVO GERAL	13
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
3. PERFIL PROFISSIONAL	15
4. REQUISITOS DE ACESSO	17
5. ESTRUTURA CURRICULAR	17
Tabela 1 – Componentes curriculares por eixos tecnológicos	18
5.1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	19
5.2. ATENDIMENTO AOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA	20
5.3 PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	21
5.4 DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	22
5.5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	23
5.6. MATRIZ CURRICULAR	24
Quadro 01 - Matriz Curricular do Curso Técnico Subsequente ao ensino médio em Administração	24
5.7. PROJETOS INTEGRADORES	26
5.7.1. OBJETIVO DOS PROJETOS INTEGRADORES	28
5.7.2. FUNCIONAMENTO DOS PROJETOS INTEGRADORES	28
5.7.3. CARGA HORÁRIA DOS PROJETOS INTEGRADORES	30
5.7.4. PRAZOS E DOCUMENTAÇÃO PARA ENTREGA DOS PROJETOS	30
5.7.5. A VALIAÇÃO DO PROJETO INTEGRADOR	31
6. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS	31
7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO NO CURSO	31
8. CERTIFICADO	35
9. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	36
Quadro 2 – Instalações	36
Quadro 3 – Equipamentos	36
10. PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO	36
Quadro 04 – Pessoal Docente	36
11. REFERÊNCIAS	37
12. ANEXOS	39
12.1. EMENTAS DO PRIMEIRO SEMESTRE	39
12.1.2. EMENTAS DO SEGUNDO SEMESTRE	47
12.1.3. EMENTAS DO TERCEIRO SEMESTRE	56
12.2.RESOLUÇÃO DE CRIAÇÃO DO CURSO	65



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

1. INFORMAÇÕES DO CAMPUS

CNPJ do IFAC: 10.918.674/0002-04

Razão social: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Nome fantasia: IFAC – *Campus Tarauacá*

Esfera administrativa: FEDERAL

Endereço: BR 364, Km 539, Tarauacá/Ac

Telefone: 3462-1709

E-mail:

ctc.dirge@ifac.edu.br

Site:

www.ifac.edu.br

2. INFORMAÇÕES DO CURSO

Denominação do Curso: Técnico Subsequente ao E. M. em Serviços Públicos

Forma: Subsequente

Modalidade: Presencial

Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios

Ato de criação do curso: Resolução CONSU/IFAC nº xxx/xxxx

Quantidade de vagas: 40 vagas

Turno de oferta: Noturno

Regime letivo: Semestral

Regime de matrícula: Semestral/Anual

Carga horária total do curso: 810h

Tempo de duração do curso: 3 semestres

Tempo máximo de duração do curso: 5 semestres

Periodicidade de oferta: Semestral/Anual

Local de oferta: *Campus Tarauacá* do IFAC

1. JUSTIFICATIVA

O presente Projeto Pedagógico de Curso (PPC) constitui-se no instrumento orientador do curso Técnico em Serviços Públicos que será ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre - IFAC, em seu Campus localizado no município de Tarauacá. Encontram-se nele todos os elementos pedagógicos que garantem o pleno funcionamento do curso proposto.

A metodologia de elaboração constituiu-se de reuniões do Núcleo Docente Estruturante do Eixo Tecnológico Gestão e Negócios complementadas com trabalhos individuais e grupais de membros desse colegiado que foram desenvolvidos durante o intervalo de tempo entre as reuniões. Neste processo, toda a equipe teve efetiva participação na elaboração do documento como um todo. Por tudo o que foi exposto, acredita-se ter sido elaborado um documento orientador alicerçado em bases firmes, capaz de garantir a realização de um curso de qualidade, comprometido com seus propósitos e ideais.

Tendo como foco a equidade, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias, procurando responder de forma ágil e eficiente às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos Arranjos Produtivos Locais, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre busca ampliar a oferta de cursos técnicos, melhorar a qualidade do ensino, incrementar a integração com a comunidade de Tarauacá e consolidar a marca IFAC, entre outros objetivos, levando em consideração os valores da educação como bem público de qualidade, formação crítica, gestão democrática e participativa, respeito à diversidade, inovação, empreendedorismo e cooperativismo, desenvolvimento sustentável, otimização de recursos públicos e comprometimento com o IFAC.

O atual modelo de relacionamento entre a população brasileira e as instituições públicas, representadas pelos servidores públicos, marcado pelo advento da globalização, é caracterizado pelas mudanças constantes, o que engendra perspectivas inovadoras para as organizações, demandando profissionais versáteis e produtores, capazes de desenvolver habilidades diferenciadas produzindo melhores resultados. O serviço público atual exige servidores públicos especializados em serviços públicos.

Estas demandas impõem novas exigências às instituições responsáveis pela formação profissional dos cidadãos. Nesse cenário, amplia-se a necessidade e a possibilidade de formar os jovens capazes de lidar com o avanço da ciência e da tecnologia, preparando-os para situar-se no mundo contemporâneo participando de forma proativa na sociedade e no mundo do trabalho.

Podemos verificar, no estado do Acre, que o modelo econômico vigente oferece oportunidades para a geração de trabalho e renda, tendo em vista os Arranjos Produtivos Locais – APLs, que se traduzem nas atividades geradoras de renda fomentadoras da economia, principalmente no tocante ao setor de comércio e serviços, que supera em números de empregos

todos os demais, movimentando em torno de 5.175 milhões de reais (ACRE, 2017).

Em se tratando da regional Tarauacá-Envira, há também a clara predominância para a população urbana, senão em Jordão. A saber: a população total de Feijó compreende 32.412 habitantes, sendo 16.636 localizados na área urbana e 15.776 na área rural. Semelhante, Tarauacá, com 35.590 habitantes, tem 19.351 habitantes urbanos e 16.239 rurais. Contrapondo, Jordão compreende 6.577 habitantes, dos quais 2.272 urbanos e 4.305 rurais. Desse modo, as habilitações e certificações orientadas para o urbano potencializam o desenvolvimento da regional e do próprio campus do IFAC - Tarauacá. A partir dessa perspectiva podemos afirmar que a população da Regional Tarauacá/Envira necessita de políticas públicas diferenciadas, voltadas para atender as especificidades locais. (ACRE, 2017).

Na cidade de Tarauacá a população urbana já é maioria, aproximadamente 51,3%. Naturalmente o mercado local abarca esse crescimento com o aumento de empresas de gêneros variados, demandando competências nos aspectos administrativo-financeiros, tanto por parte do gestor quanto de cujos colaboradores, refletindo no acréscimo do Produto Interno Bruto - PIB do município (ACRE, 2017). Quando o comércio cresce, *pari passu*, cresce também a oferta de serviços públicos, dada a intervenção do estado na economia. À evidência, então, o município de Tarauacá necessita de pessoas qualificadas em serviços públicos. Sejam indivíduos já pertencentes aos quadros dos órgãos e instituições públicas presentes na cidade, sejam indivíduos com potencial de ingressar futuramente em tais órgãos, via concurso ou prestação de serviços, cargos comissionados etc.

A gestão pública está inserida em todos os segmentos da atividade econômica, sendo que no Brasil, a sociedade está cada vez mais exigente e carente de profissionais qualificados para exercer sua função no mundo do trabalho, que hodiernamente passa por transformações diante das inovações tecnológicas. Em muitos casos, os trabalhadores não dispõem de tempo livre suficiente para acompanhar essas mudanças tecnológicas, passando, assim, por um processo moderno de exclusão social devido aos variados níveis de entendimento e uso dessas tecnologias.

O valor adicionado ao PIB, por setores econômicos, corresponde à formação da riqueza gerada em determinado período e respectiva distribuição. Nota-se que em Tarauacá, em 2010, segundo o anuário Acre em Números, a Agropecuária participou com 26,3%, mesmo que haja equilíbrio entre contingente populacional rural e urbano, enquanto Indústria, Comércio/Serviços e Administração Pública somaram 72%, o que confirma a tendência à maior participação de mercado situado na zona urbana, e conseqüente necessidade de aprimoramento da formação profissional dos jovens (ACRE, 2017).

Ao criar um curso técnico é indispensável considerar prioritariamente as características da população local e suas especificidades socioculturais. A oferta do curso Técnico em Serviços Públicos no Campus Tarauacá é proposta de acordo com os APLs e demandas detectadas por meio

de pesquisas e consultas à comunidade local, também considerando o perfil socioeconômico da região. Em 2018, no mês de março, fora realizada, por servidores do IFAC - Tarauacá, pesquisa com a população do município sobre quais cursos técnicos, na visão da comunidade, deveriam ser oferecidos pela unidade tarauacaense do IFAC. O IFAC realizou entrevistas, por meio de um Aplicativo (*App*), perguntando se os tarauacaenses preferiam Técnico Subsequente em Serviços Públicos, Técnico Subsequente em Vendas ou Técnico Subsequente em Cooperativismo. A população, por meio de 300 entrevistados, escolheu o curso de Técnico em Serviços Públicos com 65,70% de preferência, in faciem de 26,30% de votos para o Técnico em Vendas e 17,7% de votos para o Técnico em Cooperativismo.

O corpo docente e técnico do IFAC Tarauacá entende que essa pesquisa já é, por si só, relevante motivo para atender à vontade da população. Verifica-se que no passado, quando da criação de Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, era comum que os cursos técnicos e superiores fossem criados nas regiões brasileiras apenas pelas percepções de profissionais viventes em meio externo às realidades locais das respectivas regiões. A ideia de um curso Técnico Subsequente em Serviços Públicos em Tarauacá, como vontade da população, aparece, portanto, como uma real possibilidade de interação e fortalecimento dos laços entre o Estado brasileiro, representado pelo IFAC, e a população de Tarauacá e os outros dois municípios da Regional Tarauacá-Envira, Jordão e Feijó.

Ao responder à pesquisa feita, a população de Tarauacá, em seu empirismo, verificou, ratificando a pré-visão do IFAC, que o setor de serviços públicos é forte no município, juntamente com o setor de serviços em geral. Logo, o setor público local, por estar em constante crescimento, padece de profissionais qualificados. Há em Tarauacá, além da Prefeitura e suas diversas Secretarias Municipais, órgãos de instituições federais, como IBGE, Sesai e TRE-AC. Há núcleos do Ministério Público Estadual, da Secretaria de Agricultura do Acre, do IMAC.

Há Hospital e Maternidade Estaduais. Há presídio, com servidores administrativos do IAPEN. Há Fórum do Tribunal de Justiça do Acre. Há escolas estaduais, com núcleos administrativos. Há Batalhões da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, Delegacia da Polícia Civil. Existem, assim, inúmeros servidores públicos em Tarauacá, todos “clientes” em potencial para o Curso Subsequente de Técnico em Serviços Públicos. Além disso, o público-alvo do curso também se irradia para o grupo de pessoas que querem um dia laborar no serviço público.

A pesquisa realizada mostra-se confiável, porquanto, por meio de fórmula matemática, se verificou que, a partir da população de Tarauacá, para se ter confiabilidade de representatividade da comunidade na pesquisa, seriam necessários 265 entrevistados e foram ouvidos, via *App*, 300 tarauacaenses. A pesquisa demonstra que grande parcela dos entrevistados foi composta de jovens: 13 a 17 anos (29%), 18 a 22 anos (24%), 23 a 30 anos (19%), 30 a 40 anos (19%) e acima de 40 anos (8%).

Segundo a Prefeitura de Tarauacá (Imagem 01), em seu *site*, em dados de 2019, há 2.062 cargos efetivos criados no município, dos quais 803 estão preenchidos, 1.632 cargos comissionados criados, dos quais 62 estão preenchidos. Isso também pode ter contribuído para a escolha do Curso Técnico Subsequente em Serviços Públicos. Existe uma expectativa da população de um dia trabalhar no serviço público municipal, para muitos tarauacaenses isso chega a ser um sonho de vida. A comunidade sabe, porém, que para ingressar nos quadros da Prefeitura, seja via concurso ou cargo comissionado, é necessário ser qualificado.

Imagem 01 - Servidores da Prefeitura de Tarauacá (2019)¹

Município de Tarauacá - AC

Transparência Fly
Mapa do site | Manual de Navegação

Informações sobre a entidade | Selecionar outro

Página inicial > Quadro de pessoal

Glossário A- A+ AC

Para pesquisar digite a descrição da consulta

Quadro quantitativo por tipo de cargo

Fazer nova consulta

Última atualização: 30/06/2019 07:30:32

Quantitativos de cargos em Maio de 2019

Imprimir Exportar

Filtros utilizados para elaboração da consulta:
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL TARAUCÁ | Ano: 2019 | Mês: Maio

Tipo de cargo	Total de vagas		Detalhes	
	Criadas	Preenchidas	Por organograma	
Cargo Efetivo	2062	803	803	Servidor Efetivo
			0	Efetivo em Cargo Comissionado
Cargo Comissionado	1632	52	52	Servidor Comissionado
			0	Comissionado em Cargo Efetivo
Emprego Público	10550	168	168	Emprego Público
Cargo Político	10003	7	7	Agente Político

O Documento “Acre em Números de 2017”, do Governo do Estado do Acre, nos confirma que em Tarauacá, bem como no estado inteiro, o serviço público municipal e o estadual são deveras fortes e muito contribuidores em relação à economia local. Vejamos no site do Governo do Acre (Imagem 02) o que o documento diz em relação aos empregos na Administração Pública no Acre. O serviço público está em primeiro lugar em relação aos postos de trabalho.

¹ Disponível em: <https://www.tarauaca.ac.gov.br/transparenci>. Acesso em: 30 jun. 2019.

Imagem 02 - Empregos por Setores no Acre²

Número de empregos formais em 31 de dezembro, por atividade econômica

Atividades econômicas	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Total	121.187	121.321	125.229	129.232	133.161	136.011
Administração Pública	57.764	52.465	51.850	53.091	52.321	56.415
Comércio	19.281	22.784	24.406	24.172	25.183	25.488
Serviços	23.955	27.306	29.597	32.373	35.498	35.929
Indústria de Transformação	6.769	7.189	7.029	6.966	6.655	6.589
Construção Civil	8.960	7.088	7.745	7.814	8.574	5.631
Agropecuária	3.260	3.115	3.098	3.338	3.603	3.859
SIUP*	978	1.054	1.171	1.222	1.209	1.813
Extrativa Mineral	220	320	333	256	118	287

Fonte: MTE/RAIS.
Nota: (*) SIUP: Serviços Industriais de Utilidade Pública.

Segundo esse Anuário do Acre de 2017 (Imagem 03), em relação a dados de 2014, 56% da economia de Tarauacá corresponde ao pagamento dos servidores públicos municipais e estaduais lotados na cidade. Vejamos:

Imagem 03 - Serviços Públicos em Tarauacá/AC³

Municípios por setor econômico predominante	Participação (%) dos setores no VA do município				
	Agropecuária	Indústria	Serviços*	Administração Pública	Total
Agropecuária predominante					
Tarauacá	18,9	4,0	21,1	56,0	100,0
Xapuri	34,7	3,4	14,3	47,6	100,0
Fonte: IBGESEPLAN/DAG. *Exceto APU					
Epitaciolândia	16,0	5,1	41,9	37,0	100,0
Rio Branco	2,1	13,9	56,8	27,2	100,0

O Anuário de 2017 ainda nos mostra (Imagem 04) que, de 2010 a 2015, o setor de serviços públicos foi o que mais empregou no Acre.

Imagem 04 - Crescimento do Setor de Serviços Públicos⁴



² Disponível em: <<http://acre.gov.br/wp-content/uploads/2019/02/acre-em-numeros-2017.pdf>>. Acesso em: 30 jun.2019.

³ Disponível em: <<http://acre.gov.br/wp-content/uploads/2019/02/acre-em-numeros-2017.pdf>>. Acesso em: 30 jun.2019.

⁴ Disponível em: <<http://acre.gov.br/wp-content/uploads/2019/02/acre-em-numeros-2017.pdf>>. Acesso em: 30 jun.2019.

Logo se vê que, malgrado seja importante também investir no agronegócio - em maio de 2019 o IFAC - Tarauacá inaugurou seu primeiro curso superior, o Curso Superior Tecnológico em Gestão do Agronegócio, na agricultura e no setor de serviços em geral, também é profícuo, no Acre e em Tarauacá, investir em qualificação em cursos relacionados ao serviço público. Se o serviço público é essencial em tarauacá, parece evidente que seus servidores devem ser qualificados. Nesse foco, surge o IFAC com seu Curso Técnico Subsequente em Serviços Públicos.

Um curso técnico deve oferecer oportunidades significativas aos jovens, seus familiares e sua comunidade. Por enraizar-se num conjunto de relações sistêmicas e complexas em que educação se conjuga com desenvolvimento em suas múltiplas dimensões sociais, constituindo-se elos indissociáveis e impulsionadores de melhores condições de vida, centrados numa sólida formação humana e científica.

Neste contexto, o Técnico em Serviços Públicos, cuja atuação é direcionada à obtenção de maior eficiência no Serviço Público, por meio da aplicação de técnicas de gestão em organizações públicas de qualquer segmento e porte. O profissional está habilitado a diferentes performances no aspecto administrativo, gerencial e jurídico, a fim de suportar as necessidades da população que busca serviços públicos, incorporando conhecimentos diversificados e alinhados à mentalidade dinâmica e inovadora da gestão pública contemporânea.

Portanto, o Curso Técnico em Serviços Públicos oportuniza aos alunos a habilitação profissional, através da formação técnica com vista à inovação dos APLs pela ação empreendedora. Afinal, os servidores públicos também devem ser empreendedores, empreendedores corporativos, na busca constante pela inovação no atendimento aos anseios da população nacional.

Os Institutos Federais apresentam-se no quadro da educação profissional e tecnológica apoiados em bases epistemológicas humanistas de transformação e de superação das desigualdades estruturais do setor educacional do país. A educação, nesses termos, é a base para uma efetiva cidadania e é imprescindível para o desenvolvimento de uma sociedade equânime e de oportunidades. Em vista disso, com base no parecer do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica n. 11/2012, consoante com os pressupostos constitucionais, a formação proposta pelo IFAC busca atender à articulação entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura, entendendo que a formação do sujeito para o mundo do trabalho requer um conceito de trabalho fundamentado na busca por qualidade, equidade e erradicação das desigualdades estruturais.

Atualmente, o Campus Tarauacá do IFAC oferece cursos técnicos e um curso superior. Em relação aos cursos técnicos, outros quatro estão no eixo de gestão e negócios: os Cursos Técnicos em Administração Subsequente e Integrado ao Ensino Médio e os Cursos Técnicos em Finanças Subsequente e Integrado ao Ensino Médio. Outros dois cursos estão no eixo recursos naturais: Curso Técnico em Agricultura Integrado ao Ensino Médio e Curso Técnico em Florestas Integrado ao Ensino Médio. No nível superior é oferecido o Curso de Tecnologia em Gestão do

Agronegócio. O presente Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Serviços Públicos Subsequente ao Ensino Médio é resultado de um planejamento elaborado, discutido com a comunidade adjacente ao Campus Tarauacá e adequado às necessidades e demandas identificadas na região e às características de infraestrutura e pessoal docente já consolidadas no Campus. Por certo, o discente terá a oportunidade de participar de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

A fim de permitir amplo acesso de jovens e adultos a uma educação de qualidade voltada à preparação para o mercado de trabalho, para poder alcançar os objetivos estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional do IFAC, o curso Técnico em Serviços Públicos visa oferecer uma mão de obra qualificada para atender as demandas do estado do Acre.

Seu objetivo geral é: Formar profissionais de nível técnico com competências e habilidades voltadas para executar funções administrativas no setor público, utilizando técnicas inovadoras relacionadas à área de gestão corporativa, associando teoria e prática nos diversos tipos de organizações no setor público. Atuando sempre de forma crítica e ética, comprometidos com o bem-estar social, enfrentando os desafios relativos às transformações socioeconômicas no mercado de trabalho.

Vê-se que o IFAC, ao oferecer o curso Técnico em Serviços Públicos, busca preparar profissionais para atuar na área pública das esferas Federal, Distrital, Estadual ou municipal executando operações decorrentes de programas e projetos de políticas públicas, executando as funções de apoio administrativo, auxiliando na organização dos recursos humanos e materiais e utilizando ferramentas de informática.

De um ponto de vista oposto à formação tecnicista, os Institutos Federais consolidam-se, no quadro da educação profissional e tecnológica, apoiados em bases epistemológicas humanistas e que conduzam à real transformação e superação das desigualdades estruturais do setor educacional do país. A educação, nesses termos, é a base para uma efetiva cidadania, e é imprescindível para o desenvolvimento de uma sociedade equânime e de oportunidades. Dentro dessa mesma linha de raciocínio, sinaliza-se para novas possibilidades quanto à educação profissional, como um dos pilares do desenvolvimento humano.

O Curso Técnico em Serviços Públicos Subsequente ao Ensino Médio propõe-se a formar profissionais aptos a contribuir para o desenvolvimento tanto local quanto regional, utilizando-se de conhecimentos para a gestão de organizações. O elevado número de instituições públicas que têm investido em oferta de capacitação para os seus funcionários reflete a carência que o setor enfrenta em relação à qualificação dos profissionais, o que se revela, basicamente, segundo informações do próprio segmento, na falta de noções básicas de informática, de redação, de aspectos legais

relacionados com o serviço público, além da dificuldade de trabalhar em equipe, de aprender novas habilidades, funções e competências profissionais necessárias para os mais variados setores produtivos. Tais necessidades permitem a organização de uma base conceitual e teórica sobre a qual se constitui um projeto de profissionalização consistente, com vistas a aprimorar o desempenho dos discentes, o que caracteriza a valorização do conceito ampliado de educação profissional, aproximando a Escola do setor público.

O Curso Técnico em Serviços Públicos Subsequente ao Ensino Médio visa formar profissionais capazes de contribuir com o desenvolvimento local e regional, a fim de garantir as competências na formação orientada por princípios éticos, políticos e pedagógicos, articulando tecnologia e humanismo, tratando a prática profissional como parte do currículo da formação técnica.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O curso de Técnico em Serviços Públicos pretende formar profissionais com competências e habilidades em Administração Pública que lhes possibilitem:

- Compreender os processos de gestão organizacional, a partir da análise de causas e efeitos, com capacidade crítica de intervenção.
- Identificar as diretrizes do planejamento estratégico, tático e do plano-diretor aplicáveis à gestão pública organizacional;
- Compreender as estruturas orçamentárias e societárias das organizações públicas e relacioná-las com os processos de gestão específicos;
- Interpretar resultados de estudos de mercado, econômicos ou tecnológicos, utilizando-os no processo de gestão;
- Reconhecer-se como sujeito autônomo cuja identidade está em constante construção nas múltiplas relações sociais que mantém.
- Planejar e executar atividades em gestão de serviços públicos e auxiliar no controle dos procedimentos organizacionais de acordo com a legislação vigente;
- Desenvolver habilidades de formulação, controle e execução de políticas públicas;
- Executar tarefas de planejamento, organização, controle e coordenação dos processos administrativos no setor público;
- Exercer atividades de compras públicas;
- Assessorar e/ou gerir processos nas áreas de pessoas, marketing, operações, produção e finanças nas organizações públicas, buscando a melhoria, por meio de uma postura proativa, a fim de transformar as teorias e práticas em soluções que possam melhorar e aumentar a produtividade;

- Operacionalizar atendimentos, serviços e rotinas administrativas, dentro de organizações públicas, utilizando instrumentos e meios tecnológicos disponíveis para a gestão organizacional.
- Compreender o cenário econômico, político e legal no contexto do serviço público;
- Aplicar e desenvolver pesquisa aplicada e inovação científico-tecnológica nos processos do serviço público.
- Difundir tecnologias de gestão que atendam as necessidades da sociedade e promovam a melhoria do serviço público;
- Auxiliar na formulação e implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional;
- Difundir práticas de gestão inovadoras, balizadas pelos princípios da administração pública gerencial e pela ética profissional.
- Acompanhar processos de elaboração e execução dos planejamentos da administração pública;
- Conhecer o processo de prestação de contas à sociedade;
- Entender a dinâmica de funcionamento dos quadros de servidores públicos;
- Apoiar técnico-administrativamente o adequado funcionamento das instituições de serviços públicos;
- Promover a distribuição e o controle de materiais de consumo e permanente em consonância com o planejamento;
- Atuar com iniciativa e determinação, respeitando os princípios éticos da função pública;
- Desenvolver os princípios da tolerância, do respeito às diversidades, da defesa dos direitos humanos e da pluralidade de pensamento como elementos indispensáveis para a constituição de uma sociedade mais justa;
- Proporcionar uma visão sistêmica e integrada da gestão pública;
- Elevar os padrões de eficiência, eficácia e efetividade da gestão pública;

3. PERFIL PROFISSIONAL

O campo de atuação profissional do Técnico em Serviços Públicos é bastante diversificado, como em funções operacionais e/ou administrativas em empresas e/ou organizações públicas, com atuação em marketing, atendimento ao público, recursos humanos, logística, finanças e serviços jurídicos. O Técnico em Serviços Públicos é o profissional que atua de forma criativa, ética, empreendedora, com consciência e responsabilidade sobre o impacto sociocultural de sua atividade. Este profissional conhece a legislação, os processos e os sistemas das organizações públicas, seus princípios de negociação e administração, os instrumentos de informática e a influência do cenário econômico nas instituições. Planeja, organiza, dirige, controla, avalia e gerencia os aspectos relacionados à administração e às relações interpessoais na organização pública.

Atua na área administrativa de instituições públicas, desenvolvendo funções de gestão intermediária no atendimento ao público e prestando apoio administrativo no controle dos procedimentos organizacionais decorrentes de programas e projetos de políticas públicas. Além disso, atua no setor de gestão de pessoas e materiais demonstrando compromisso pessoal com os valores e princípios éticos do serviço público, através dos seus atos. Possui visão crítica e responsável em relação ao serviço público, prestando serviços de qualidade à sociedade sendo proativo na busca de informação e criativo na solução de problemas dentro de sua área de atuação.

O Técnico em Serviços Públicos caracteriza-se por ser um profissional provido de habilidade que se destina a desempenhar as seguintes funções no mercado de trabalho:

- Atuar no setor público nas esferas federal, estadual e municipal;
- Prestar serviços públicos com qualidade e tempestividade;
- Realizar atendimento ao público;
- Executar operações administrativas relativas a protocolos e arquivos, confecção e expedição de documentos;
- Aplicar conceitos e modelos de gestão em funções administrativas;
- Operar sistemas de informações gerenciais de pessoal e de materiais;
- Compreender e respeitar a legislação vigente referente aos diversos aspectos inerentes ao setor público;
- Compreender e executar políticas sociais e econômicas, além de atender às áreas de Contabilidade, Orçamento e licitação e Finanças;
- Compreender os processos e rotinas relacionados ao serviço público;
- Conhecer a estrutura, a forma de atuação e os princípios que norteiam as atividades da administração pública.
- Utilizar os instrumentos de planejamento, bem como executar, controlar e avaliar os procedimentos dos ciclos de pessoal, recursos materiais, tributário, financeiro, contábil, patrimônio e de sistemas de informações;
- Empregar o vocabulário técnico específico na comunicação com os diferentes profissionais da área;
- Utilizar os diversos tipos de equipamentos, de instrumentos de trabalho, de materiais e suas possibilidades gerenciais;
- Identificar características, possibilidades e limites na área de atuação profissional;
- Utilizar a tecnologia disponível na pesquisa de produtos e no desenvolvimento das atividades da área;

- Realizar atividades relacionadas com a gestão de recursos humanos, de benefícios e de folha de pagamento e outras, da área;
- Executar atividades relacionadas ao planejamento e suas funções na área de gestão e atividades relacionadas com a avaliação e desempenho de pessoal.
- Adotar atitude ética no trabalho e no convívio social;
- Saber trabalhar em equipe, envolvendo-se em processos de socialização organizacional;
- Perceber-se como agente social que intervém na realidade do meio em que está inserido.

4. REQUISITOS DE ACESSO

O acesso ao Curso Técnico de Nível Médio em Serviços Públicos dar-se-á por meio de processo seletivo, regulado por edital próprio. Para tanto, o candidato deverá ter concluído o Ensino Médio ou equivalente.

5. ESTRUTURA CURRICULAR

A prestação de serviço público é essencial para o funcionamento harmonioso e próspero de todas as sociedades. O setor público se faz presente através da atuação direta ou indireta em praticamente todos os aspectos da vida de um cidadão. Nesse sentido, ressalta-se a importância do trabalhador do setor público e seu impacto no desenvolvimento socioeconômico da sociedade em que se insere.

Nesta perspectiva, sendo o setor público essencial no processo de desenvolvimento de uma região, há uma grande solicitação do contexto socioeconômico para a formação de profissionais técnicos em serviços Públicos, a fim de atenderem à grande demanda desse setor por mão de obra qualificada.

Surge assim a necessidade de desenvolver uma estrutura curricular de acordo com as expectativas contemporâneas da Formação Profissional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e os estudos atuais acerca do mundo do trabalho subsidiam a configuração de novas propostas curriculares de formação profissional.

A estrutura curricular do Curso Técnico Subsequente em Serviços Públicos, com base nos referenciais que estabelecem a organização por eixos tecnológicos do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos ofertados no formato subsequente ao ensino médio, está estruturada em núcleos politécnicos, segundo a seguinte concepção:

● **Núcleo fundamental:** Relativo a conhecimentos científicos imprescindíveis ao bom desempenho acadêmico dos ingressantes. Constitui-se de uma proposta de revisão de conhecimentos de formação geral que servirão de base para a formação técnica. Tem como elementos indispensáveis o domínio da língua materna e estrangeira e ainda os conceitos básicos das ciências, de acordo com as necessidades do curso.

● **Núcleo articulador:** Relativo a conhecimentos do ensino médio e da educação profissional, traduzidos em conteúdo de estreita articulação com o curso, por eixo tecnológico, e elementos expressivos para a integração curricular. Contempla bases científicas gerais que alicerçam inventos e soluções tecnológicas, suportes de uso geral, tais como tecnologias de informação e comunicação, tecnologias de organização, higiene e segurança no trabalho, noções básicas sobre o sistema da produção social e relações entre tecnologia, natureza, cultura, sociedade e trabalho. Configura-se ainda, em disciplinas técnicas de articulação com o núcleo estruturante e/ou tecnológico (aprofundamento de base científica) e disciplinas âncoras para práticas interdisciplinares.

● **Núcleo tecnológico:** relativo a conhecimentos da formação técnica específica, de acordo com o campo de conhecimentos do eixo tecnológico, com a atuação profissional e as regulamentações do exercício da profissão. Deve contemplar disciplinas técnicas complementares, para as especificidades da região de inserção do campus, e outras disciplinas técnicas não contempladas no núcleo articulador.

Tabela 1 – Componentes curriculares por eixos tecnológicos

Componentes Curriculares Por Eixo Tecnológico		
1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre
Ética no Serviço Público	Patrimônio Público, Materiais e Logística	Compras, Contratos e Convênios
Noções de Administração Pública	Orçamento Público e Gestão Participativa	Economia do Setor Público
Noções de Direito Administrativo e Tributário	Economia Brasileira	Lei da Responsabilidade Fiscal
Economia Política	Informática Aplicada	Gestão de Documentos e Arquivologia
Metodologia Científica	Noções de Contabilidade Pública	Gestão de Pessoas
Projeto Integrador I	Gestão de Projetos	Matemática Financeira
Informática Básica	Projeto Integrador II	Qualidade no Atendimento ao Público
Português Instrumental e Redação Oficial	Inglês Básico	Projeto Integrador III
	Estatística Básica	Libras

Núcleo Tecnológico/Técnico	
Núcleo Articulador	
Núcleo Básico	

5.1- FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Este Projeto Pedagógico de Curso foi elaborado em observância aos princípios contidos no Projeto Pedagógico Institucional e aos dispostos nas seguintes legislações:

Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional.

Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002 - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

Decreto n. 5154, de 23 de julho de 2004 - Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

Parecer n. 39, de 8 de dezembro de 2004 - Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio.

Lei n. 11.741, de 16 de julho de 2008 - Altera dispositivos da Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

Lei 11.892/08, de 29 de dezembro de 2008 - Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

Resolução CNE/CEB n. 3, de 09 de julho de 2008, atualizada pelo Parecer CNE/CEB nº 3, de 06 de junho de 2012 - Dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.

Resolução CNE/CEB n. 6, de 20 de setembro de 2012 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Parecer n. 11, de 04 de setembro de 2012 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Parecer CNE/CEB n. 7, de 09 de julho de 2010 - Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

Resolução CNE/CEB n. 4, de 13 de julho de 2010 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

Resolução CNE/CEB nº 01/2014 – Catálogo Nacional de Cursos Técnicos- 3ª Edição

Resolução CONSU/IFAC n. 200/2014, de 18 de novembro de 2014 - Projeto Político Pedagógico de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre.
Resolução CONSU/IFAC n. 001/2018, de 15 de janeiro de 2018 - Organização Didática Pedagógica dos Cursos Técnicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre.

5.2 ATENDIMENTO AOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

O atendimento aos educandos com deficiência está previsto na Constituição Federal 1988 no Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9394/96 e suas alterações foi que houve o marco do atendimento desses educandos através da modalidade de Educação Especial. Diz o Artº 4º e inciso III – atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino que começou a instituir os atendimentos desses educandos.

No ano de 2009 o Estado Brasileiro ratificou através do Decreto Legislativo nº 168, e seu protocolo facultativo promulgado através do Decreto nº 6.949/2009 com *status* de emenda constitucional, a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência na qual a oferta de Educação Inclusiva deve respeitar as diretrizes do Art.º 24 da referida Convenção. De acordo com a Resolução CNE/CEB nº 4 de 2 de outubro de 2009 determina o público alvo da Educação Especial, assim como o Decreto 7.611 de 17 de novembro de 2011 que dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências, inclusive para os Núcleos de Atendimento aos alunos/pessoas com deficiência.

Em 2002 foi promulgada a Lei Federal n. 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Mais recentemente, foi promulgada a Lei Federal n. 12.764/2012, que trata dos direitos dos autistas. Em 2015 foi promulgada a Lei Federal n. 13.146/2015, que é o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

O atendimento prestado no Campus Tarauacá do IFAC fundamenta-se nessas legislações e outras que se fizerem pertinentes, para ofertar uma Educação Profissional, Científica e Tecnológica Inclusiva de qualidade a todos os alunos da Rede IFAC. A instituição reprime toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.

O IFAC – Tarauacá acredita que a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem, denso dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

O IFAC – Tarauacá enxerga como seus deveres:

- I - atendimento preferencial à pessoa com deficiência nas dependências do IFAC e no seus serviços;
- II - disponibilização de formulário de inscrição de exames com campos específicos para que o candidato com deficiência informe os recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva necessários para sua participação em ações do Campus;
- III - disponibilização de provas em formatos acessíveis para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência;
- IV - disponibilização de recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados, previamente solicitados e escolhidos pelo candidato com deficiência;
- V - dilação de tempo, conforme demanda apresentada pelo candidato com deficiência, tanto na realização de exame para seleção quanto nas atividades acadêmicas, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade;
- VI - adoção de critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem a singularidade linguística da pessoa com deficiência, no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa;
- VII - tradução completa do edital e outros documentos acadêmicos e suas retificações em Libras.

Nessa direção, o Campus Tarauacá do IFAC conta com um Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE), onde é lotada uma servidora Técnica (TAE) - Tradutora e Intérprete de Libras e Sinais. O NAPNE é regulamentado pelo Resolução CONSU/IFAC n. 18/2019. O Campus, em seu Núcleo de Assistência Estudantil (NAES), também conta com uma TAE - Psicóloga e um TAE - Assistente Social.

5.3 DA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A divulgação de temas educacionais relacionados às relações étnico-raciais no Brasil é de fundamental relevância nos Institutos Federais. O Brasil é multicultural e isso tem de ser enaltecido. As diferenças são constitutiva e perspectivas várias. A igualdade não pode ser buscada, porquanto ela silencia as diferenças, que são importantes. O Parecer CNE/CEB n. 3/2004, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, aduz que a demanda por reparações visa a que o Estado e a sociedade tomem medidas para ressarcir os

descendentes de africanos negros de indígenas, dos danos psicológicos, materiais, sociais, políticos e educacionais sofridos sob o regime escravista, bem como em virtude das políticas explícitas ou tácitas de branqueamento da população, de manutenção de privilégios exclusivos para grupos com poder de governar e de influir na formulação de políticas, no pós-abolição.

A Lei Federal n. 10.639/2003 tornou obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. O Art. 26 da LDB, § 4º, assevera que o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia, sendo que o conteúdo programático deve incluir diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir de diferentes grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

Nesse contexto, o Campus Tarauacá do IFAC conta com um Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas – NEABI, que é um Núcleo institucional do IFAC responsável pela promoção de estudos e eventos que fomentem a diversidade cultural brasileira em seus diversos aspectos. Atualmente, o NEABI – Campus Tarauacá conta com 14 membros, entre estes havendo Docentes e Servidores Técnicos (TAEs), todos nomeados pela Portaria nº 1399 de 03 de Outubro de 2019, da Reitoria do IFAC.

5.4 DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

A educação profissional precisa comportar, de modo transversal, conhecimentos relacionados à promoção dos direitos humanos. A Resolução CNE/CP Nº 1, de 30 de maio de 2012, estabelece as Diretrizes para a Educação em Direitos Humanos. Diz esta norma que a Educação em Direitos Humanos, um dos eixos fundamentais do direito à educação, refere-se ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas.

Frisa, ainda, a norma que os Direitos Humanos, internacionalmente reconhecidos como um conjunto de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sejam eles individuais, coletivos, transindividuais ou difusos, referem-se à necessidade de igualdade e de defesa da dignidade humana. Lastreado nessa regulamentação, o IFAC – Campus Tarauacá fundamenta-se nos seguintes princípios:

I - dignidade humana;

II - igualdade de direitos;

- III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
- IV - laicidade do Estado;
- V - democracia na educação;
- VI - transversalidade, vivência e globalidade;
- e VII - sustentabilidade socioambiental.

5.5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Os princípios pedagógicos são centrados no sujeito histórico, social e político, necessitando considerar o contexto e o mundo de constantes mudanças, nos quais esse sujeito está inserido. Nesse sentido, os projetos pedagógicos dos cursos devem-se elaborar com vistas a formar cidadãos críticos e reflexivos, pesquisadores abertos às inovações tecnológicas e cujas ações sejam pautadas pelo diálogo. Assim, esse sujeito ao final de sua formação será capaz de pensar criticamente, aceitando e debatendo as mudanças e problemáticas da sociedade da qual faz parte; bem como procurando soluções fundamentando sua prática no saber adquirido.

O cidadão deve-se formar para a vida e para o trabalho, sendo esse trabalho a base educativa para construir suas aprendizagens significativas, aliando o saber e o fazer, de forma crítica e contextualizada. Devem-se estimular a pesquisa, a criatividade, a participação e o diálogo, considerando a diversidade de opiniões, buscando em equipe a solução de problemas, baseada na construção participativa e democrática, promovendo a educação humano-científico-tecnológica formando cidadão críticos reflexivos, preparando-os para a inserção no mundo do trabalho por meio da educação continuada de trabalhadores, colaborando com o desenvolvimento socioeconômico, estabelecendo uma relação direta junto ao poder público e às comunidades locais e regionais, significando maior articulação com os arranjos produtivos locais, sociais e culturais.

A carga horária total do curso é de 810 horas, atendendo ao mínimo exigido pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (800h), tem como referência as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, sendo que o total de horas de cada componente curricular será oferecido na modalidade presencial.

Para a construção da matriz curricular foram observados os seguintes documentos: Resolução CNE/CEB 06/2012, Parecer CNE/CEB 11/2012 e Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – 3ª Edição. (Resolução CNE/CEB nº 01/2014).

5.6 MATRIZ CURRICULAR

Quadro 01 - Matriz Curricular do Curso Técnico Subsequente ao Ensino Médio em Serviços Públicos
(*Hora aula 50 minutos)

	DISCIPLINAS	CH (Horas- Relógio)	CH* (Hora-aula)	Aulas (Semanais)
	Ética no Serviço Público	30	36	2
	Noções de Administração Pública	45	54	3
	Noções de Direito Administrativo e Tributário	45	54	3
	Português Instrumental e Redação Oficial	45	54	3
	Metodologia Científica	30	36	2
	Economia Política	45	54	3
	Informática Básica	30	36	2
	Carga Horária do Semestre	270	324	18
	Patrimônio Público, Materiais e Logística	45	54	3
	Estatística Básica	30	36	2
	Orçamento Público e Gestão Participativa	45	54	3
	Gestão de Projetos	30	36	2
	Economia Brasileira	30	36	2
	Inglês Básico	30	36	2
	Informática Aplicada	30	36	2
	Noções de Contabilidade Pública	30	36	2
	Carga Horária do Semestre	270	324	18
	Contratos, Compras e Convênios	45	54	3
	Economia do Setor Público	30	36	2
	Lei de Responsabilidade Fiscal	45	54	3
	Gestão de Documentos e Arquivologia	30	36	2
	Gestão de Pessoas	30	36	2
	Matemática Financeira	30	36	2
	Qualidade no Atendimento ao Público	30	36	2
	Libras	30	36	2
	Carga Horária do Semestre	270	324	18
	Carga Horária Total do Curso	810h	972	54

Projeto Integrador			
Semestre	Hora-relógio	Hora-aula	Encontros Semanais
1º	30h	36	2
2º	30h	36	2
3º	30h	36	2

Tabela Resumo

Total Hora-relógio	810h
Total hora-aula	972
Projeto Integrador	90h

As disciplinas previstas na grade curricular devem-se ministrar seguindo as orientações do quadro abaixo:

DISCIPLINA	PERFIL PROFISSIONAL DESEJADO
Ética no Serviço Público	Graduado em Filosofia, em Administração ou em Direito
Noções de Administração Pública	Graduado em Administração ou em Direito
Noções de Direito Administrativo e Tributário	Graduado em Direito
Português Instrumental e Redação Oficial	Licenciado em Língua Portuguesa
Economia Política	Graduado em Ciências Econômicas, em Tecnologia em Gestão Financeira ou em Tecnologia em Gestão Comercial
Informática Básica	Graduado em Sistema de Informação e/ou Análise de Sistemas
Projeto Integrador I	Graduado nas áreas das Ciências Humanas ou Sociais Aplicadas
Patrimônio Público, Materiais e Logística	Graduado em Administração, Graduado em Ciências Econômicas, em Tecnologia em Gestão Financeira ou em Tecnologia em Gestão Comercial
Estatística Básica	Licenciado em Matemática
Orçamento Público e Gestão Participativa	Graduado em Direito, em Administração, Graduado em Ciências Econômicas, em Tecnologia em Gestão Financeira ou em Tecnologia em Gestão Comercial
	Graduado em
Economia Brasileira	Graduado em Ciências Econômicas, em Tecnologia em Gestão Financeira ou em Tecnologia em Gestão Comercial
Gestão de Projetos	Graduado em Administração, Graduado em Ciências Econômicas, em Tecnologia em Gestão Financeira ou em Tecnologia em Gestão Comercial
Inglês Básico	Licenciado em Inglês
Informática Aplicada	Graduado em Sistema de Informação e/ou Análise de Sistemas
Noções de Contabilidade Pública	Graduado em Contabilidade
Projeto Integrador II	Graduado nas áreas das Ciências Humanas ou Sociais Aplicadas
Contratos, Compras e Convênios	Graduado em Administração, Contabilidade, em Ciências Econômicas, em Tecnologia em Gestão Financeira ou em Tecnologia em Gestão Comercial
Economia do Setor Público	Graduado em Ciências Econômicas, em Tecnologia em Gestão Financeira ou em Tecnologia em Gestão Comercial

Lei de Responsabilidade Fiscal	Graduado em Direito, em Administração, em Ciências Econômicas, em Tecnologia em Gestão Financeira ou em Tecnologia em Gestão Comercial
Gestão de Documentos e Arquivologia	Graduado em Administração
Gestão de Pessoas	Graduado em Administração
Matemática Financeira	Licenciado em Matemática
Qualidade no Atendimento ao Público	Graduado em Administração
Libras	Licenciado em Letras - Libras
Projeto Integrador III	Graduado nas áreas das Ciências Humanas ou Sociais Aplicadas

5.7 PROJETOS INTEGRADORES – PI

A prática pedagógica dos Cursos Técnicos do IFAC busca o desenvolvimento de competências e a capacidade de integração destas, portanto, a avaliação dos conteúdos a partir dos componentes curriculares será agregada à avaliação dos projetos integradores. Os Projetos Integradores têm significância idêntica aos resultados das demais disciplinas, inclusive para a obtenção da certificação de qualificação profissional, o que promove o desenvolvimento das competências e integração dos conhecimentos.

Os Projetos Integradores constituem uma proposta de ação educativa constituída pela seleção de conhecimentos construídos pela sociedade, expressando-se por práticas escolares que se desdobram em torno de conhecimentos relevantes e pertinentes, permeadas pelas relações sociais, articulando vivências e saberes dos estudantes e contribuindo para o desenvolvimento de suas identidades e condições cognitivas e socioafetivas. Os componentes curriculares que integram as áreas de conhecimento podem ser tratados ou como disciplinas, sempre de forma integrada, ou como unidades de estudos, módulos, atividades, práticas e projetos contextualizados e interdisciplinares ou diversamente articuladores de saberes, desenvolvimento transversal de temas ou outras formas de organização.

Neste íterim, a proposta de projeto como atividade visa integrar as áreas de conhecimento e, sobretudo, a proporcionar a oportunidade de fazer com que o discente consiga levar para prática do mundo do trabalho as experiências desenvolvidas no decorrer do curso. Assim, propõe-se que seja realizado durante os três semestres do curso, no mínimo um seminário relacionado à proposta de desenvolvimento de trabalho junto ao serviço público local, coadunando a prática do exercício profissional e a prática *in loco* do conhecimento apreendido.

Os Projetos Integradores possibilitam a visão crítica e integrada dos conhecimentos, buscando a constante inovação, criatividade, adaptação e identificação de oportunidades e alternativas na gestão das organizações. O modelo de integração de conhecimentos permite o

desenvolvimento de competências a partir da aprendizagem pessoal e não somente o ensino unilateral. Os Projetos procuram estabelecer a ambientação da aprendizagem, estimulando a resolução de problemas organizacionais, capacitando e ampliando as alternativas para gestão e melhoria da prática profissional.

O propósito dos Projetos Integradores é definido para o primeiro, segundo e terceiro semestres do curso, de modo que o aluno possa aplicar num mesmo trabalho, saberes adquiridos, dentro e fora do ambiente escolar. O escopo é criado em forma de desafio ao aluno, procurando desenvolver a visão crítica e sistêmica de processos, a criatividade, a busca de novas alternativas, o empreendedorismo e a capacidade de interpretar o mercado e identificar oportunidades à gestão, o planejamento, além das condições para o autoconhecimento e avaliação.

A avaliação será através da aplicação de instrumentos pertinentes às características dos projetos e desenvolvimento das respectivas disciplinas: pesquisas, estudos de caso, desenvolvimento de projetos de intervenção, simulação na implementação de projetos, estudos técnicos, etc., que serão propostos e acompanhados pela Coordenação do Curso.

A Diretoria de Ensino, consultada a Coordenação do Curso, designará docente para a orientação direta do projeto integrador para o curso ofertado. Ainda conforme legislação, a Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2012, Seção 1, p. 22, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, em seu Artigo 21 diz que:

A prática profissional, prevista na organização curricular do curso, deve estar continuamente relacionada aos seus fundamentos científicos e tecnológicos, orientada pela pesquisa como princípio pedagógico que possibilita ao educando enfrentar o desafio do desenvolvimento da aprendizagem permanente, integra as cargas horárias mínimas de cada habilitação profissional de técnicos e correspondentes etapas de qualificação e de especialização profissional técnica de nível médio (BRASIL, 2012).

Ainda, dispõe que:

§ 1º A prática na Educação Profissional compreende diferentes situações de vivência, aprendizagem e trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais tais como laboratórios, oficinas, empresas pedagógicas, ateliês e outros, bem como investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa e/ou intervenção, visitas técnicas, simulações, observações e outras.

A Resolução CONSU/IFAC Nº 001, de 15 de janeiro de 2018, que dispõe sobre a Organização Didática Pedagógica dos Cursos Técnicos, fala o seguinte sobre as práticas integradoras:

Art. 121 A prática profissional integrada possibilita o (a) estudante a desenvolver competências no campo profissional durante o curso, por meio de Projetos Integradores.

Art. 122 O Ifac, na organização curricular dos cursos técnicos integrados, contemplará a realização de Prática Profissional Integrada.

Art. 123 A Prática Profissional Integrada - PPI, deriva da necessidade de garantir a prática profissional nos cursos técnicos a ser concretizada no planejamento curricular, orientada pelas diretrizes institucionais para os cursos técnicos do Ifac.

Art. 124 A Prática Profissional Integrada – PPI será normatizada por meio de instrução normativa publicada pela Pró-Reitoria de Ensino.

5.7.1. OBJETIVOS DOS PROJETOS INTEGRADORES

Os Projetos Integradores têm por objetivo integrar os conhecimentos nas áreas específicas do curso e a prática organizacional na área de Gestão de Serviços Públicos, promovendo o desenvolvimento de competências, ou seja, a capacidade pessoal de mobilizar, articular e colocar em ação conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho e pelo desenvolvimento técnico.

O estreitamento do relacionamento entre o ambiente de Gestão de Serviços Públicos e os alunos do curso Técnico em Serviços Públicos será efetivamente realizado através destes projetos, ou seja, as experiências providas por estas atividades facilitarão a articulação das competências desenvolvidas ao longo do curso com o mundo do trabalho. Os Projetos Integradores que reforçam esta prática pedagógica têm os seguintes objetivos gerais:

- Ambientar o discente com o mundo do trabalho;
- Legitimar os conceitos face às práticas organizacionais;
- Oportunizar reflexão sobre as competências em desenvolvimento;
- Desenvolver habilidades de pesquisa e interpretação de dados e informações;
- Despertar o senso prático e o interesse pela pesquisa no exercício profissional;
- Promover integração e cooperação técnica entre o IFAC e o mundo do trabalho;
- Incentivar a criatividade e os talentos pessoais e profissionais;
- Identificar oportunidades de negócios e novas alternativas para a gestão empresarial;
- Proporcionar interação com os conhecimentos dos alunos e a aplicação no trabalho.
- Desenvolver atividades visando a responsabilidade social e ambiental no meio empresarial

5.7.2. FUNCIONAMENTO DOS PROJETOS INTEGRADORES

Os Projetos Integradores para o Curso Técnico em Serviços Públicos do IFAC que ocorrerão ao longo dos semestres como componentes curriculares que integram a estrutura curricular do curso estão distribuídos da seguinte forma:

5.7.2.1 PROJETO INTEGRADOR I – 1º SEMESTRE

O desafio do primeiro projeto será norteado para a pesquisa aberta sobre os temas a serem propostos e vistos ao longo do curso, de forma que articulem as competências desenvolvidas pelos componentes curriculares da Base Técnica Profissional. O escopo do projeto será elaborado e orientado pela Coordenação de Curso e por professores indicados nas áreas específicas do curso. O projeto integrador poderá ser realizado individualmente ou em grupo de no máximo quatro alunos. A apresentação da pesquisa seguirá os requisitos definidos pela Coordenação do Curso, utilizando o padrão de normas ABNT para elaboração e apresentação dos projetos.

O eixo norteador deste primeiro projeto será gestão da qualidade, e tendo apoio do componente Noções de Administração Pública. O produto final do Projeto Integrador I será a elaboração do relatório de pré-projeto contendo os elementos pré-textuais do trabalho final.

5.7.2.2 PROJETOS INTEGRADORES II – 2º SEMESTRE

O desafio será norteado para a solução de pesquisa, relacionados às competências desenvolvidas no II Semestre do Curso, de forma que articulem os conhecimentos adquiridos nestes componentes curriculares, somando-se aos do I semestre do Curso, sejam estes do núcleo articulador e/ou técnico.

O projeto integrador poderá ser realizado individualmente ou em grupos de no máximo quatro alunos, mantendo o(s) mesmo(s) aluno(s) do Projeto Integrador I. O escopo da pesquisa será elaborado e orientado pela Coordenação de Curso e por professores indicados nas áreas específicas do curso.

Nesta etapa deverá ser feita a revisão bibliográfica do tema escolhido pelo aluno ou grupo. Define-se como Eixo Integrador o componente curricular Gestão de Projetos com as demais áreas de forma interdisciplinar.

A apresentação dos resultados do estudo seguirá os padrões metodológicos definidos pela Coordenação do curso, utilizando as normas da ABNT para elaboração e apresentação dos projetos. O desafio será norteado para a elaboração de coleta, análise e interpretação de dados (pesquisa) objetivando ao projeto de intervenção ou plano de ação, de forma que articule as competências desenvolvidas pelas componentes curriculares dos I e II semestres, propondo soluções de melhorias e inovação para o ambiente empresarial, segundo os conhecimentos adquiridos ao longo do curso.

Neste momento do Projeto Integrador, o aluno ou grupo deverá realizar a coleta de informação, observando os métodos de pesquisa a serem utilizados, visando realizar a análise e interpretação destes dados de forma a auxiliar na proposta de intervenção ou plano de ação proposto para o problema definido no Projeto Integrador I juntamente com o Relatório Final.

5.7.2.3 PROJETOS INTEGRADORES III – 3º SEMESTRE

O Projeto Integrador III deverá ser a entrega do **Relatório Final dos Projetos Integradores**, de forma que articule as competências desenvolvidas pelas disciplinas de todos os três semestres do curso, segundo os conhecimentos adquiridos ao longo deste. Nesta fase do Projeto Integrador, o aluno ou grupo deverá realizar a proposta de intervenção ou plano de ação adequado ao seu objeto de estudo, em acordo com Eixo Temático escolhido. O projeto final deverá manter o(s) mesmo(s) aluno(s) dos Projetos anteriores. A apresentação dos resultados do estudo seguirá os padrões metodológicos definidos pela Coordenação do curso, utilizando as normas ABNT para elaboração e apresentação dos projetos. O Projeto Final deverá ser apresentado à banca examinadora designada pela Coordenação dos Cursos.

5.7.3. CARGA HORÁRIA

A carga horária para os Projetos Integradores Multidisciplinares foi distribuída segundo o desenvolvimento de competências ao longo dos semestres do curso, tendo a seguinte configuração:

- **Projeto Integrador I – 1º Semestre**

Carga Horária: 30 horas: sendo 10 presenciais e 20 de Atividades Extraclasse.

- **Projeto Integrador II – 2º Semestre**

Carga Horária: 30 horas: sendo 10 presenciais e 20 de Atividades Extraclasse.

- **Projeto Integrador III– 3º Semestre**

Carga Horária: 30 horas: sendo 15 presenciais e 15 de Atividades Extraclasse.

A carga horária destinada aos Projetos Integradores soma 90 horas: sendo 25 presenciais e 55 de Atividades Extraclasse. As horas são incluídas como componentes curriculares na estrutura curricular do curso, dedicadas à integração e interdisciplinaridade das competências propostas pelo curso.

5.7.4 PRAZOS E DOCUMENTAÇÃO PARA ENTREGA DOS PROJETOS

A Coordenação do Curso, juntamente com a Direção de Ensino, definirá os prazos para entrega dos projetos a cada semestre, divulgando as datas para entrega, estes projetos deverão acompanhar os seguintes documentos:

- **Ficha de Identificação do(s) Aluno(s)**, a ser preenchida pelos alunos que realizaram o projeto e entregue à Coordenação dos Cursos (ou professor designado) no momento do início do Projeto Integrador I.

• **Ficha de Avaliação do Aluno**, a ser preenchida pela Coordenação do Curso, juntamente com o Professor do componente Curricular atribuindo nota ao Projeto Integrador para divulgação aos alunos e registro acadêmico da avaliação.

5.7.5. AVALIAÇÃO DO PROJETO INTEGRADOR

A Avaliação seguirá os mesmos critérios estabelecidos para os demais componentes curriculares.

6. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS

Será concedido ao aluno o direito de aproveitamento de estudos concluídos com êxito, em nível de ensino equivalente, conforme estabelecido na Organização Didático-Pedagógica – ODP vigente do IFAC, bem como a validação de Conhecimentos e Experiências Profissionais, cabendo o reconhecimento da identidade de valor formativo dos conteúdos e/ou conhecimentos requeridos.

7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO NO CURSO

A avaliação do desempenho escolar será realizada nos termos da Resolução CONSU/IFAC Nº 001, de 15 de janeiro de 2018, que dispõe sobre a Organização Didática Pedagógica dos Cursos Técnicos, de forma processual, verificando o desenvolvimento dos saberes teóricos e práticos construídos ao longo do processo de aprendizagem, conforme disposição abaixo. Serão considerados critérios de avaliação do desempenho escolar:

- I. Domínio de conhecimentos (assimilação e utilização de conhecimentos na resolução de problemas, análise e interpretação de diferentes situações problemas);
- II. Participação (interesse, comprometimento e atenção aos temas discutidos nas aulas, estudos de recuperação, formulação e/ou resposta a questionamentos orais, cumprimento das atividades individuais e em grupo, externas e internas à sala de aula);
- III. Envolvimento dos (as) estudantes em eventos, prioritariamente, internos (eventos culturais e artísticos, olimpíadas educativas, atividades esportivas, atividades de pesquisa e extensão, outras definidas pelo PPC ou em outros projetos e programas institucionais);
- IV. Criatividade;
- V. Autoavaliação;
- VI. Análise do desenvolvimento integral do (da) estudante no período letivo;
- VII. Outros previstos no Projeto Pedagógico de Curso.

A avaliação da aprendizagem realizar-se-á através da promoção de situações de aprendizagem e utilização dos diversos instrumentos de verificação que favoreçam a identificação dos níveis de domínio de conhecimentos e o desenvolvimento do discente nas dimensões cognitivas, psicomotoras, atitudinais, dialógicas, metalinguísticas e culturais.

O processo de avaliação de cada disciplina, assim como os instrumentos de verificação de aprendizagem, será planejado e informado de maneira expressa e clara ao discente ao início de cada período letivo, considerando possíveis ajustes.

No processo de avaliação de aprendizagem serão utilizados diversos instrumentos que possibilitem análise do desempenho do discente, tais como:

- I. Produções multidisciplinares, envolvendo Ensino, Pesquisa e Extensão;
- II. Atividades práticas de laboratório e de campo;
- III. Produções científicas (Artigos/Produção Técnica) e culturais;
- IV. Apresentação e/ou desenvolvimento de projetos;
- V. Relatórios técnicos, dentre outros;
- VI. Resolução de problemas e exercícios;
- VII. Provas orais e escritas;
- VIII. Atividades em grupos e/ou individuais;
- IX. Autoavaliação;
- X. Análise do desenvolvimento integral do (da) estudante no período letivo;
- XI. Produção de portfólio;
- XII. Outros instrumentos a critério do (a) professor (a).

Todas as avaliações de aprendizagem referentes às disciplinas dos currículos dos cursos deverão ser expressas em notas, numa escala de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero), sempre com uma casa decimal.

No que se refere à análise e divulgação dos resultados da avaliação, o professor deverá apresentar aos discentes os resultados analisados em sala de aula antes da avaliação seguinte, bem como divulgar os resultados das avaliações após cada etapa avaliativa e lançar notas no SIGA-A ao término de cada etapa avaliativa, cumprindo o calendário acadêmico do Campus.

Nos cursos técnicos subsequentes, as médias parciais são semestrais e serão obtidas por meio de aritméticas simples, devendo ser registradas nos diários de classe juntamente com a frequência escolar e lançadas no sistema escolar obrigatoriamente após o fechamento do período letivo, observando o calendário acadêmico, de acordo com as seguintes fórmulas:

$$\text{Média Parcial} = N1 + N2 + \dots Nn / n$$

Legenda:

N1= Avaliação Obrigatória

N2=Avaliação Obrigatória

Nn= Outras avaliações

n= Quantidade de Avaliações

Deverão ser utilizados, em cada bimestre, por disciplina, no mínimo dois instrumentos de avaliação. Os instrumentos, bem como os pesos atribuídos a cada um deles, deverão ser divulgados pelo professor no início do respectivo período letivo.

A **média final** será obtida por meio da expressão abaixo:

$$\text{Média Final} = (\text{Média Parcial} + \text{Avaliação Final}) / 2$$

Submeter-se-á à avaliação final da disciplina o discente que:

- I- apresentar frequência mínima de 75% da carga horária total prevista para o período letivo;
- II- obtiver média parcial inferior a 7,0 (sete vírgula zero);

A avaliação final poderá ser escrita ou prática, abordando os conhecimentos trabalhados na respectiva disciplina durante o período letivo e, em casos excepcionais, a avaliação final poderá ser aplicada independentemente do período previsto no Calendário Acadêmico, mediante aprovação da coordenação do curso. Deverá ser respeitado o prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas entre a divulgação da média e a realização da avaliação final, considerando o Calendário Acadêmico.

Nos cursos técnicos subsequentes, será considerado aprovado o discente, que obtiver média parcial igual ou superior a 7,0 (sete vírgula zero) em todas as disciplinas cursadas e tiver, no mínimo, 75% de frequência da carga horária total do período letivo cursado e caberá ao discente realizar o acompanhamento do seu número de faltas.

O discente submetido à avaliação final será considerado aprovado se obtiver média final igual ou superior a 5,0 (cinco vírgula zero).

Nos cursos técnicos subsequentes, considerar-se-á reprovado no período letivo o discente que obtiver:

- I- frequência inferior a 75% da carga horária total das disciplinas a que está matriculado.
- II- média parcial inferior a 7,0 (sete vírgula zero) em qualquer uma das disciplinas.
- III- média final inferior a 5,0 (cinco vírgula zero) em qualquer uma das disciplinas.

A recuperação dará ao discente a oportunidade de revisar os conteúdos e também o direito de ser submetido à outra avaliação ao final de cada etapa avaliativa, quando for o caso.

Caberá ao docente estabelecer estratégias para a oferta da recuperação sem que esta interfira no andamento normal das aulas previstas no calendário acadêmico.

Quando mais de 30% da turma não alcançar rendimento satisfatório nas avaliações, as causas devem-se diagnosticar juntamente com os professores nas reuniões pedagógicas e no Conselho de Classe do Curso Subsequente, para a busca de soluções imediatas visando à melhoria do processo de ensino aprendizagem.

Após a recuperação, o docente deverá considerar a maior nota obtida pelo estudante. Terá direito ao processo de recuperação o estudante que obtiver rendimento inferior a 70% do esperado em cada etapa avaliativa.

Terá direito a reposição o discente que, ao perder as avaliações presenciais da unidade curricular, programadas ou não, apresentar documentação que comprove e/ou justifique sua ausência. São considerados documentos legais comprobatórios de justificativa para reposição de avaliações:

- a) Atestado médico comprovando a impossibilidade de participar das atividades escolares do dia.
- b) Declaração de corporação militar comprovando que, no horário da realização da avaliação, estava em serviço.
- c) Declaração da empresa ou repartição comprovando que o (a) estudante estava em serviço.
- d) Ordem judicial.
- e) Certidão de óbito de pais, filhos, cônjuge e irmãos e documentos pessoais que comprovem o parentesco.
- f) Outro documento ou justificativa avaliada pela Coordenação de Curso ou Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão, Pesquisa e Extensão do Campus.

Em caso de óbito de pais, filhos, cônjuge e irmãos, o discente terá direito a oito dias corridos de afastamento das atividades escolares a contar da data do ocorrido.

É condição indispensável para ter direito à reposição, o requerimento junto à Coordenação de Curso/Eixo, em até 3 (três) dias úteis após a realização da avaliação, e os casos omissos serão analisados pela Coordenação de Curso e equipe pedagógica.

Os discentes - que representem a instituição, participando em atividades desportivas, culturais e técnico-científicas de pesquisa e extensão - terão direito à reposição das atividades avaliativas. Realizar-se-á no prazo máximo de 10 (dez) dias, em data agendada uma única vez, mediante acordo estabelecido entre o docente e o discente e elaborada considerando-se os conteúdos da avaliação que o discente não realizou.

Se, por ausência do discente, em qualquer etapa da avaliação, decorrido o prazo de pedido de reposição, não for possível apurar o seu aproveitamento escolar, ser-lhe-á atribuída nota 0,0 (zero vírgula zero).

O discente terá direito à revisão da avaliação, caso discorde dela. A revisão da avaliação da aprendizagem é um procedimento solicitado pelo estudante, por meio de requerimento próprio, devidamente fundamentado, devendo este ser submetido à apreciação e parecer da coordenação de curso/eixo.

Em caso de concordância, pela Coordenação de Curso, o processo de revisão da avaliação será submetido à avaliação do docente, para decisão, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

Caso o docente mantenha o resultado da avaliação, o processo de revisão será submetido à análise da comissão revisora - constituída por:

I Três professores (as) do Curso, preferencialmente, que ministram a mesma disciplina ou disciplina afim, excetuando-se nesse caso o próprio professor da disciplina;

II Um (a) representante da Coordenação Técnico-pedagógica.

O prazo para deliberação da comissão será de no máximo 05 (cinco) dias úteis.

O docente responsável pela avaliação submetida à revisão deverá fornecer, à comissão revisora, os objetivos, os critérios e o gabarito da avaliação em questão.

É vedada a presença do discente requerente e do docente responsável pela elaboração e/ou correção da avaliação nos trabalhos da comissão revisora e a mesma terá plena autonomia para proceder às alterações na nota atribuída à avaliação, cabendo ao docente fazer o registro da alteração no diário de classe, quando for o caso.

No caso de avaliação de Prova Final, após a vista da avaliação, o (a) estudante terá direito à solicitação de revisão mesmo que a revisão ocorra no início do semestre letivo seguinte.

A coordenação do curso fará a devida notificação ao discente e após encaminhará o processo à Coordenação de Registro Escolar para arquivamento na pasta do requerente.

Por fim, quanto à avaliação, o discente, sempre que sua situação se enquadrar aos requisitos das legislações vigentes, terá direito ao exercício domiciliar, o qual é a atividade acadêmica excepcional executada em domicílio pelo (a) estudante quando houver impedimento de frequência às aulas, sem prejuízo na sua vida acadêmica.

8. CERTIFICADO

Após integralizar todas as disciplinas e demais atividades previstas neste Projeto Pedagógico de Curso, o aluno fará jus ao Certificado de Conclusão do Curso Técnico Subsequente ao Ensino Médio em Serviços Públicos.

9. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC (Campus Tarauacá) proporcionará as instalações e equipamentos abaixo relacionados para atender as exigências do curso Técnico de Nível Médio em Serviços Públicos.

Quadro 2– Instalações

Item	INSTALAÇÕES	Quantidade
01	Salas de aula para o Curso	02
02	Biblioteca	01
03	Laboratório de Informática	02
03	Videoteca com acervo específico e atualizado.	01

Quadro 3– Equipamentos

Item	EQUIPAMENTOS	Quantidade
01	Projeter Multimídia	02
02	Notebook	02
03	Microcomputador*	60
04	Carteiras	80
05	Aparelho de ar condicionado	02

* Nestes equipamentos já instalados o sistema operacional Windows versão 7 ou superior e ainda a suíte Microsoft Office 2013 ou superior.

10. PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Quadro 04 – Pessoal Docente

NOME	FORMAÇÃO	ÁREA NO IFAC	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Ângelo Maggioni e Silva	Bacharel em Análise de Sistemas	Informática	Mestre	D.E.
Carlos Roberto Ribeiro da Silva Junior	Licenciado em Letras/Português	Língua Portuguesa	Especialista	D.E.
Dion Alves de Oliveira	Bacharel em Administração	Administração	Especialista	D.E.
Hérica Fernanda Dantas Montilha	Bacharel em Administração	Administração	Mestra	D.E.
Jorge Cleiton Maia Vasconcelos	Licenciado em Letras/Inglês	Língua Inglesa	Especialista	D.E.
Muller Padilha Gonçalves	Bacharel em Administração	Administração	Especialista	D.E.
Nelvaneide Andrade de Oliveira Souza	Graduada em Letras Libras	Libras	Especialista	20h.
Orlando da Rocha Melo Júnior	Bacharel em Direito	Direito	Especialista	40h.
Ricardo de Souza Tamburini	Licenciado em Matemática	Matemática	Mestre	D.E.
Tayson Ribeiro Teles	Tecnólogo em Gestão Financeira, Licenciado em Matemática e Bacharel em Direito	Economia e Gestão de Finanças e Comércio	Mestre	D.E.

Raulina Horn Rodrigues	Bacharela em Ciências Contábeis e Licenciada em Matemática	Contabilidade	Graduado(a)	20h.
------------------------	--	---------------	-------------	------

Quadro 05 – Pessoal Técnico-Administrativo

NOME	FORMAÇÃO	R.T. *	CARGO
Alceu Souza dos Santos	Bacharel em Serviço Social	40 horas	TAE – Assistente Social
Aderlândia Maria Leite Santiago de Souza	Licenciada em Pedagogia	40 horas	TAE - Pedagoga
Cristina da Silva Magalhães	Licenciada em Língua Portuguesa	40 horas	TAE – Assistente em Administração
Daiana Araújo Da Silva Sampaio	Bacharela em Psicologia	40 horas	TAE – Psicóloga
Emanuel Braga de Araújo	Ensino Médio	40 horas	TAE – Assistente de Aluno
Evandro Pacheco Vinter Filho	Tecnólogo em Sistemas para Internet	40 horas	TAE – Tecnologia da Informação
Fátima Cantero Pécora Constantino	Bacharela em Biblioteconomia	40 horas	TAE - Bibliotecária
Francisco Douglas Silva de Alcântara	Licenciado em Matemática	40 horas	TAE-Auxiliar de Biblioteca
Jeffeson Antônio da Silva Ramos	Licenciado em Letras Português/Francês	40 horas	TAE-Assistente em Administração
João de Oliveira Santos	Ensino Médio	40 horas	TAE-Assistente de Aluno
Jocicleide Bessa da Silva	Licenciada em Geografia	40 horas	TAE-Técnica em Assuntos Educacionais
Kaliny Pereira de Andrade	Bacharela em Biblioteconomia	40 horas	TAE-Bibliotecária
Leilaine Fonseca Ribeiro	Licenciada em Letras/Inglês	40 horas	TAE-Técnica Assuntos Educacionais
Manoel Clealdo Coelho	Bacharel em Administração	40 horas	TAE-Auxiliar de Biblioteca
Mesezabeel Alves Rodrigues	Licenciada em Letras Português/Espanhol e Bacharela em Administração	40 horas	TAE – Intérprete de Libras
Tainá da Silva Bonfim	Tecnóloga em Gestão Ambiental	40 horas	TAE - Auxiliar em Administração
Tamara Smoly Costa	Licenciada em Letras Português	40 horas	TAE – Técnica em Assuntos Educacionais

* Regime de Trabalho

11. REFERÊNCIAS

ACRE. Secretaria de Estado de Planejamento (SEPLAN). **Acre em Números**. Rio Branco, 11 ed. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20/12/1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF: 1996.

_____. **Lei nº 11.892, de 29/12/2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília/DF: 2008.

_____. **Decreto Nº 5.154, de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília/DF: 2004.

_____. **Decreto Nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005.** Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

CIAVATTA, Maria e RAMOS, Marise (Orgs.). **Ensino Médio integrado:** concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CEB nº 36/2004.** Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília/DF: 2004.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 01/2004.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e educação de Jovens e Adultos. Brasília/DF: 2004.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 01/2005.** Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004. Brasília/DF: 2005.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 02/2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 06/2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 39/2004.** Trata da aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e no Ensino Médio. Brasília/DF: 2004.

_____. **Parecer CNE/CEB nº. 11/2008.** Trata da proposta de instituição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Brasília/DF: 2008.

12. ANEXOS

12.1 - Ementas do primeiro semestre

 INSTITUTO FEDERAL Acre
CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM SERVIÇOS PÚBLICOS - CAMPUS TARAUCÁ
Semestre: 1º
Carga Horária: 30h
Quantidade de Aulas: 36
Disciplina: Ética no Serviço Público
<p>Ementa: Objetivo da Ética; O Conceito de Ética; O Campo da Ética; Legislação profissional; Código de ética; Comportamento Ético: conceitos, teorias éticas e morais; A Ética e a Lei; A Ética e o Trabalho; A Ética e a Corrupção; A Ética e o Meio Ambiente; A Ética e a Liderança; A Ética e a Política; A Ética e a Responsabilidade Social; O Servidor Público e a Prestação de Serviço.</p>
<p>Referências Básicas: ARAINTES, Elaine Cristina. Ética no Setor Público. Curitiba: Paraná: Instituto Federal do Paraná/Rede e-Tec Brasil, 2012. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 2016. NALINI, José Renato. Ética Geral e Profissional. 13. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.</p>
<p>Referências Complementares: BLANCHARD, Kenneth; PEALE, Norman Vincent. Poder da administração ética. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. MIRANDA, Danilo Santos de. Ética e Cultura. 2 ed. São Paulo: SESC, 2011 PASSOS, Elizete. Ética nas organizações. São Paulo: Atlas, 2012. SÁ, Antônio Lopes de. Ética profissional. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2019. SOUZA, Herbert José de; RODRIGUES, Carla. Ética e cidadania. São Paulo: Moderna, 2002.</p>



CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM SERVIÇOS PÚBLICOS - CAMPUS TARAUCÁ

Semestre: 1º

Carga Horária: 45h

Quantidade de Aulas: 54

Disciplina: Noções de Administração Pública

Ementa: Introdução à administração pública. A evolução da administração como ciência. Formas de governo. Divisão dos poderes. Conceito de administração pública. Principais teorias da administração. Funções da administração aplicada aos serviços públicos. Divisão política-administrativa no Brasil. Divisão dos poderes no Brasil. Desenvolvimento da Administração Pública. Administração pública direta e indireta. Tipos de organização. Papel social do governo. Financiamentos Públicos. Políticas Públicas. Controle na Administração Pública. As três formas de Administração Pública. A desburocratização no Brasil.

Referências Básicas:

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. NOHARA, Irene Patrícia. **Gestão pública: Abordagem Integrada da Administração e do Direito Administrativo**. 1ª Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

PEREIRA-MATIAS, José. **Administração Pública - Foco nas Instituições e Ações Governamentais**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2018.

SANTOS, Clezio Saldanha. **Introdução à gestão pública**. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

Referências Complementares:

ALVES, Paulo Vicente. **Gestão Pública Contemporânea**. 1ª Ed. Alta Books, 2015.

DIAS, Reinaldo. **Políticas Públicas - Princípios, Propósitos e Processos**. 1ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão Pública**. 3ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

PEREIRA-MATIAS, José. **Administração Pública - Foco nas Instituições e Ações Governamentais**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2018.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Fundamentos de Administração Pública Brasileira**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2012.



CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM SERVIÇOS PÚBLICOS - CAMPUS TARAUACÁ

Semestre: 1º

Carga Horária: 45h

Quantidade de Aulas: 54

Disciplina: Noções de Direito Administrativo e Tributário

Ementa: Introdução ao Direito Público e Privado; Constituição de 1988. Estado e Poderes do Estado; Estatuto do Servidor Público; Princípios da Administração Pública; Poderes e deveres do administrador público; Atos Administrativos e suas características; Servidores, cargos e funções públicas. Tributação; Legislação Tributária; Obrigação Tributária; Lisura na arrecadação de impostos e taxas; Classificação de tributos; Princípios Constitucionais do Direito Tributário; Tributos federais, estaduais e municipais.

Referências Básicas:

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. 27. ed. São Paulo: Método, 2019.

MARINELA, Fernanda. **Direito administrativo**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

SABBAG, Eduardo. **Manual de Direito Tributário**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

Referências Complementares:

CONRADO, Regis Da Silva. **Serviços Públicos à Brasileira: Fundamentos Jurídicos, Definição e Aplicação**. São Paulo: Saraiva, 2013

HACK, Érico. **Noções Preliminares de Direito Administrativo e Direito Tributário**. 2. ed. Curitiba: Ibpe, 2009.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 35. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 40. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Licitações e Contratos Administrativos: Teoria e Prática**. 3. ed. São Paulo: Método, 2014.



CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM SERVIÇOS PÚBLICOS - CAMPUS TARAUCÁ

Semestre: 1º

Carga Horária: 45h

Quantidade de Aulas: 54

Disciplina: Português Instrumental e Redação Oficial

Ementa: Linguagem verbal e não verbal; Interação e Interlocutores; Funções da linguagem; Variedade e adequação da linguagem (Variações linguísticas); Palavras homônimas e parônimas; Denotação e conotação; Textualidade: coesão e coerência; Pronomes na produção de sentido; Intertextualidade e intertextualidade em outras linguagens; Texto (noções gerais da linguagem); Tipologia textual; Gêneros textuais; Regência Verbal (casos principais) e Nominal (casos principais); Crase; Concordância verbal e nominal (casos principais); Pontuação; Aspectos gerais e padronização das comunicações oficiais: memorando, ofício, circular, relatório e outros;

Referências Básicas:

CAVALACANTI, Therezinha **Novo Manual de Redação Oficial da Presidência da República**. 3º edição. Brasília: Presidência da República, 2018

CUNHA, Celso Ferreira da; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KOCH, Ingedore G. V.; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. São Paulo: Contexto, 2006.

Referências Complementares:

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2008.

KOCH, Ingedore G. V.; TRAVAGLIA Luiz Carlos. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 1995.

KOCH, Ingedore G. V.; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006.

KOCH, Ingedore G. V. **A coesão textual**. 12.ed. São Paulo: Contexto, 1999.



CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM SERVIÇOS PÚBLICOS - CAMPUS TARAUCÁ

Semestre: 1º

Carga Horária: 30h

Quantidade de Aulas: 36

Disciplina: Metodologia Científica

Ementa: Introdução aos fundamentos da metodologia científica; Pesquisa científica: Tipos de pesquisas, Fontes de pesquisa, Ética e plágio; Projeto de Pesquisa; Normas da Associação de Normas e Técnicas – ABNT; Trabalhos acadêmicos.

Referências Básicas:

ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. – 10. Ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração**. 12. ed. São Paulo: Bookman, 2016.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

Referências Complementares:

ALYRIO, D. R. **Métodos e técnicas de pesquisa em administração**. Volume Único - Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.

BITTENCOURT, M. A. L.; NUNES, M. J. S.; NOIA, C. **Normas técnicas para elaboração de trabalhos acadêmicos**. – Ilhéus, BA: Editus, 2016.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

KOCHER, J. C. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 32. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.



CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM SERVIÇOS PÚBLICOS - CAMPUS TARAUCÁ

Semestre: 1º

Carga Horária: 45h

Quantidade de Aulas: 54

Disciplina: Economia Política

Ementa: Conceitos introdutórios ao estudo das Ciências Econômicas e da Microeconomia. Questões econômicas fundamentais advindas do problema da escassez e da necessidade de escolha, da restrição orçamentária e do custo de oportunidade. Necessidades humanas x desejos. Os Recursos Produtivos ou Fatores de Produção. As perguntas fundamentais da Economia. A Lei Fundamental da Economia (raridade e preço). Ato e Fato Econômicos. O processo básico de produção de bens e serviços. A classificação dos Bens e Serviços. O conceito de Mercado e de Sistema Econômico. Os Agentes Econômicos. Os agentes econômicos e o Sistema Financeiro Nacional (SFN). As divisões classificatórias da Economia. O conceito de externalidades econômicas. O Fluxo Circular/Fundamental da Economia. A Lei de Say e o Princípio da Demanda Efetiva de Keynes. Introdução ao estudo da Moeda. O conceito de Oferta, a Lei da Oferta e a Curva de Oferta. O conceito de Demanda, a Lei da Demanda e a Curva de Demanda. O equilíbrio de mercado. Custos de Produção. História do Pensamento Econômico. Reflexões sobre o papel do Estado nos países capitalistas.

Referências Básicas:

GASTALDI, José Petrelli. **Elementos de Economia Política**. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
 PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio S. de; TONETO JUNIOR, Rudinei. **Manual de Economia**: professores da USP. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
 ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à Economia**. 20 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

Referências Complementares:

EPPING, Randy Charles. **Economia mundial para iniciantes**. São Paulo: BEI, 2001.
 GONÇALVES, Robson Ribeiro Et. al. **Economia aplicada**. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
 OLIVEIRA, Jayr Figueiredo Et. al. **Economia para administradores**. São Paulo: Saraiva, 2005.
 RIANI, Flávio. **Economia**: princípios básicos e introdução à microeconomia. São Paulo: Pioneira, 1998.
 SILVA, César Roberto Leite da; SINCLAYR, Luiz. **Economia e mercados - introdução à economia**. São Paulo: Saraiva, 1995.



CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM SERVIÇOS PÚBLICOS - CAMPUS TARAUACÁ

Semestre: 1º

Carga Horária: 30h

Quantidade de Aulas: 36

Disciplina: Informática Básica

Ementa: Conceitos Básicos de Informática. Sistemas Operacionais. Processador de Texto. Software de Apresentação. Internet. Noções de alimentação de informações de sistemas para o gerenciamento de atividades da área de Serviços Públicos.

Referências Básicas:

BORBA, Marcelo de Carvalho; PENTEADO, Miriam Godoy. **Informática e educação matemática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

BROOKSHEAR, J. G. **Ciência da Computação: Uma Visão Abrangente**. São Paulo: Editora Bookman, 11 ed., 2013.

VELLOSO, Fernando. **Informática: conceitos básicos**. 10 ed. Elsevier Brasil, 2017.

Referências Complementares:

CASTRO VELLOSO, Fernando de. **Informática: Conceitos Básicos**. 8ª ed. Elsevier, 2011
FEDELI, R. D.; POLLONI, E.; PERES, F. **Introdução à Ciência da Computação**. São Paulo: Editora Pioneira Thomson Learning, 2. ed. 2010.

HENNESSY, John L.; PATTERSON, David A. **Organização e projeto de computadores: a interface hardware/software**. Elsevier Brasil, 2017.

NETO, João Augusto Máttar. **Metodologia científica na era da informática**. Editora Saraiva, 2017.

TORRES, Gabriel. **Montagem de Micros para Autodidatas, Estudantes e Técnicos**. 9. ed. Novaterra, 2012.



CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM SERVIÇOS PÚBLICOS - CAMPUS TARAUCÁ

Semestre: 1º

Carga Horária: 30h

Quantidade de Aulas: 36 aulas

Disciplina: Projeto Integrador I

Ementa: O componente curricular propõe o planejamento e produção de um projeto relacionado à temática “A Gestão Pública no Município de Tarauacá”, por meio de conhecimentos adquiridos durante o curso ou participação em grupos de trabalho do Campus, buscando identificar como está organizada a gestão pública do município, quais órgãos fazem parte da administração direta e indireta, como atuam e demais informações, a fim de consolidar e integrar os conhecimentos adquiridos ao longo do semestre.

Referências Básicas:

ACRE. **Lei Complementar nº 847 de maio de 2015.** Estatuto dos servidores civis do município de Tarauacá.

ACRE. **Lei Complementar nº 005/2014 de 29 de dezembro de 2014.** Institui o Plano de Cargo, Carreira e Remuneração dos servidores do poder executivo Município de Tarauacá-Acre.

ACRE. **Lei Complementar Nº 355, de 28 de dezembro de 2018.** Dispõe sobre a estrutura administrativa, política e operacional do Poder Executivo do Estado do Acre.

Referências Complementares:

ESTRELA, Carlos. **Metodologia Científica:** ciência, ensino, pesquisa. Porto Alegre: Artes Médicas, 2018.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 8a. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MÁTTAR NETO, João Augusto. **Metodologia científica na era da informática.** São Paulo: Saraiva, 2007.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. NOHARA, Irene Patrícia. **Gestão pública:** Abordagem Integrada da Administração e do Direito Administrativo. 1ª Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

12.1.2 - Ementas do segundo semestre

 <p>INSTITUTO FEDERAL Acre</p>
CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM SERVIÇOS PÚBLICOS - CAMPUS TARAUACÁ
Semestre: 2º
Carga Horária: 45h
Quantidade de Aulas: 54
Disciplina: Patrimônio Público, Materiais e Logística
<p>Ementa: Abordagem do sistema logístico: logística integrada, cadeia de suprimentos, nível de serviço, movimentação, armazenagem e canais e rotas de distribuição. Organização de almoxarifados. Controle de estoques. Controle do patrimônio público. Gerenciamento do patrimônio público, inventário. Sistema logístico de transportes: conceito, origem, funções, modais de transportes e suas características. Operadores logísticos e serviços especializados. As novas tecnologias e suas consequências: Just-in time, Kanban, Planejamento das Necessidades de Materiais (MRP). Custos de Estoque: Custo de pedido, Custo de armazenagem, Custo total. Classificação ABC: Fundamentos de atividades baseada em custeio, Teorema de Pareto. Gestão Patrimonial.</p>
<p>Referências Básicas: DIAS, M. A. P. Administração de Materiais: Princípios, Conceitos e Gestão. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. DIAS, M. A. P. Administração de materiais. Edição Compacta. São Paulo: Editora Atlas, 2011. POZO, H. Administração de recursos materiais e patrimoniais: uma abordagem logística. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p>
<p>Referências Complementares: CASTRO, Rodrigo Rennó Cunha de Magalhães. Administração de recursos materiais para concursos. Rio de Janeiro: Método 2014. FARIA, A. C.; COSTA, M. F. G. Gestão de Custos Logísticos. São Paulo: Atlas, 2009. LACK, Chambers, Johnston. Administração da Produção. São Paulo, Atlas, 2009. MARTINS, F. R. Controle do Patrimônio Público. 5. ed. Brasília: Rt, 2013. POZO, Hamilton. Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos um enfoque para os cursos superiores de tecnologia. Rio de Janeiro: Atlas 2015.</p>



CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM SERVIÇOS PÚBLICOS - CAMPUS TARAUCÁ

Semestre: 2º

Carga Horária: 30h

Quantidade de Aulas: 36

Disciplina: Estatística Básica

Visão geral e estatística descritiva; Populações, amostras e processos; Métodos tabular e gráfico em estatística descritiva; Medidas de localização; Medidas de dispersão;

Referências Básicas:

DANTE, LUIZ ROBERTO. **Matemática: Contexto e Aplicações**. 3a ed. 4 vols. São Paulo: Ática, 2016.

PAIVA, MANOEL. **Matemática**. 1a ed. 3 vols. São Paulo: Moderna, 2016.

IEZZI, Gelson. **Matemática: Ciência e Aplicação**. 9ª ed. 3 volumes. São Paulo: Editora Saraiva, 2016.

Referências Complementares:

BALESTRI, Rodrigo Dias. **Matemática: Interação e Tecnologia**. 2ª ed. 3 volumes. São Paulo: Editora Leya, 2016.

BARROSO, Juliani Matsubara. **Conexões com a Matemática**. São Paulo: Editora Moderna, 2010.

BUCCHI, Paulo. **Curso prático de Matemática**, 1º ano. São Paulo: Editora Moderna, 2002.

DINIZ, Maria Ignez, SMOLE Kátia Stocco. **Matemática Ensino Médio**. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

WILTON O. BUSSAB, Pedro A. Morettin. **Estatística Básica**. 9ª ed.. Editora São Paulo: Saraiva, 2017, São Paulo.



CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM SERVIÇOS PÚBLICOS - CAMPUS TARAUCÁ

Semestre: 2º

Carga Horária: 45h

Quantidade de Aulas: 54

Disciplina: Orçamento Público e Gestão Participativa

Ementa: Origem histórica e evolução conceitual do Orçamento Público. Princípios orçamentários. Elaboração da Proposta Orçamentária. Orçamento como instrumento de planejamento. Ciclo orçamentário. Exercício financeiro. Plano plurianual. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Leis Orçamentárias Anuais. Créditos adicionais. Receita pública. Despesa pública. A legislação orçamentária nacional: princípios e normas. Lei orgânica municipal e orçamento. Orçamento participativo. Articulação de interesses na execução de orçamentos. Classificação orçamentária da receita e da despesa, Classificação Funcional e por Programas. Prática do Orçamento Público.

Referências Básicas:

AUGUSTINHO, P. **Orçamento público e Administração financeira e orçamentária**. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
 CONTI, Jose Mauricio. **Orçamentos Públicos: A Lei 4.320/1964 Comentada**. 2. ed. Brasília: Rt, 2010.
 GIACOMONI, J. **Orçamento público**. 15ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Referências Complementares:

BEZERRA FILHO, José Eudes. **Orçamento Aplicado ao Setor Público**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
 CARVALHO, J. C. O. **Orçamento Público**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
 GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2007.
 GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
 JUND, S. **AFO Administração Financeira e Orçamentária**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.



CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM SERVIÇOS PÚBLICOS - CAMPUS TARAUCÁ

Semestre: 2º

Carga Horária: 30h

Quantidade de Aulas: 36

Disciplina: Gestão de Projetos

Ementa:

Planejamento e projeto: Histórico, Conceituação, Estruturas organizacionais voltadas para projeto; Resistência a mudanças, habilidades de gerente de projetos; Estratégias do Projeto, equipes de projeto; Ciclos e fases do projeto: fluxo do processo; Escopo de um projeto; Projetos estratégicos – escritórios de projeto; Controles de planejamento do projeto; Criação do plano de projeto; Avaliação e controle do desempenho do projeto; Avaliação do risco e do retorno dos projetos.

Referencias Básicas:

CLEMENTS, James P. **Gestão de projetos**. São Paulo: Cengage Learning, 2014.
 KERZNER, Harold. **Gestão de projetos as melhores práticas**. Porto Alegre: Bookman, 2011.
 PMI. **Um Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos (Guia PMBOK®)**. 6. Ed. Project Management Institute, 2018.

Referencias Complementares:

BRANCO, Renato Henrique Ferreira; KEELLING, Ralph. **Gestão de Projetos: Uma Abordagem Global**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
 CAMPOS, Luiz Fernando Rodrigues. **Gestão de Projetos**. Curitiba, PR: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, 2012.
 GIDO, Jack; CLEMENTS, P. James. **Gestão de Projetos**. Tradução Vértice Translate. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.
 MAXIMIANO, A. C. A. **Administração de projetos: como transformar ideias em resultados**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
 WARBURTON, Roger. **Gestão de projetos**. São Paulo: Saraiva, 2012.



CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM SERVIÇOS PÚBLICOS - CAMPUS TARAUCÁ

Semestre: 2º

Carga Horária: 30h

Quantidade de Aulas: 36

Disciplina: Economia Brasileira

Ementa: Introdução à Economia Brasileira: do Brasil Colônia à Era Vargas. Plano de Metas. Planos Nacionais de Desenvolvimento Econômico. Economia brasileira pós milagre econômico. Inflação. Planos de estabilização monetária dos anos 1980. Desequilíbrio fiscal. Endividamento público e programa de privatizações. Reestruturação produtiva e impactos setoriais. O Plano Real e a Estabilização monetária. Competitividade da economia brasileira e vulnerabilidade externa. A inserção da economia brasileira no cenário internacional. Perspectivas socioeconômicas no Brasil do século XXI: Emprego e mercado de trabalho. Distribuição de renda. Transição demográfica e reforma previdenciária. O custo Brasil. Problemas de infra-estrutura. O papel do estado no desenvolvimento. Mercado de trabalho e emprego. Diferenças econômicas- regionais.

Referências Básicas:

LACERDA, Antônio Corrêa de; et al. **Economia brasileira**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
 LANZANA, Antonio Evaristo Teixeira. **Economia brasileira: fundamentos e atualidade**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
 PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

Referências Complementares:

GASTALDI, José Petrelli. **Elementos de Economia Política**. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
 GIAMBIAGI, Fábio, et al. **Economia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
 PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio S. de; TONETO JUNIOR, Rudinei. **Manual de Economia: professores da USP**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
 SOUZA, Nilson Araújo de. **Economia brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula**. 2. ed. ampl. São Paulo: Atlas, 2008.
 ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à Economia**. 20 ed. São Paulo: Atlas, 2013.



CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM SERVIÇOS PÚBLICOS - CAMPUS TARAUCÁ

Semestre: 2º

Carga Horária: 30

Quantidade de Aulas: 36

Disciplina: Inglês Básico

Ementa: Verbos: Tempos (Simple, Continuo, Perfeito); Formas (Afirmativa, Negativa, Afirmativa); Pronomes (5); Adjetivos; Artigos (Definidos, Indefinidos); Preposições; Substantivos; Formação de Frases e Palavras; Visual Thinking; Vocabulario (Numeros, Greetings, Corpo Humano, Comidas, Esportes, Ambiente Escolar, Geografia, Cronologia, Vocabulário Relacionado ao Serviço Público).

Referências Básicas:

ENGLISH FOR EVERYONE, Hall Diane 2017.

COMPLETE ENGLISH GRAMMAR RULES, Peter Herring, 2017.

OXFORD GUIDE TO ENGLISH, John Eastwood, 2012.

Referências Complementares:

WRITTING SKILLS, James Holland, 2015.

CAMBRIDGE ENGLISH ADVANCED GRAMMAR, Cambridge Print 2009.

DICIONARIO INGLES-PORTUGUES, Alfredo Scottini, 2009.

ENGLISH FOR ALL, Maria Clara, 2010.

OXFORD GUIDE TO ENGLISH, John Eastwood, 2012.



CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM SERVIÇOS PÚBLICOS - CAMPUS TARAUCÁ

Semestre: 2º

Carga Horária: 30h

Quantidade de Aulas: 36

Disciplina: Informática Aplicada

Ementa:

Capacitar na área de informática para a aplicabilidade nos processos gerenciais da administração, bem como fornecer mecanismos para a usabilidade de softwares operacionais, aplicativos e administração, com responsabilidade e ética pertinentes ao profissional. Gerenciar informações e atividades na área de serviços públicos, organizar, selecionar e analisar dados para elaboração de relatórios.

Referências Básicas:

BORBA, Marcelo de Carvalho; PENTEADO, Miriam Godoy. **Informática e educação matemática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

FIGUEIREDO, Leandra Anversa. **Trabalhando com funções envolvendo operações financeiras no EXCEL**. Porto Alegre: 2010.

VELLOSO, Fernando. **Informática: conceitos básicos**. 10 ed. Elsevier Brasil, 2017.

Referências Complementares:

BROOKSHEAR, J. G. **Ciência da Computação: Uma Visão Abrangente**. São Paulo: Editora Bookman, 11 ed., 2013.

CASTRO VELLOSO, Fernando de. **Informática: Conceitos Básicos**. 8ª ed. Elsevier, 2011

FEDELI, R. D.; POLLONI, E.; PERES, F. **Introdução à Ciência da Computação**. São Paulo: Editora Pioneira Thomson Learning, 2. ed. 2010.

SILVA, Mario Gomes Da. **Informática: Terminologia Microsoft Windows 8, Internet, Segurança, Microsoft Word 2013, Microsoft Excel 2013, Microsoft Powerpoint 2013, Microsoft Access 2013**. 1. ed. Brasil: Érica, 2013.

TORRES, Gabriel. **Montagem de Micros para Autodidatas, Estudantes e Técnicos**. 9. ed. Novaterra, 2012.



CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM SERVIÇOS PÚBLICOS - CAMPUS TARAUCÁ

Semestre: 2º

Carga Horária: 30h

Quantidade de Aulas: 36

Disciplina: Noções de Contabilidade Pública

Ementa: Contextualização. Noções Básicas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Aspectos orçamentários, patrimonial e fiscal da contabilidade aplicada ao setor público. Características Qualitativas. Critérios gerais de evidenciação nas demonstrações contábeis. Princípios Orçamentários. Receita Orçamentária. Despesa Orçamentária. Procedimentos Contábeis Patrimoniais. Procedimentos Contábeis Específicos. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Demonstrações Contábeis Aplicada ao Setor Público. Consolidação das Demonstrações Contábeis.

Referências Básicas:

BRASIL. Congresso Nacional (2000) Lei Complementar, no. 101, 4 de maio de 2000. **LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal**, Brasília, DF, 24 de maio de 2000.

BRASIL. Lei, n. 4320, de 17 de março de 1964. **Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da união, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 de março de 1964.

SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 8ª Edição**. Brasília, Ministério da Fazenda, 2009.

Referências Complementares:

ASSUMPTÃO, Marcio José. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. Curitiba. 1ª Edição, 2011.

FEIJÓ, Paulo Henrique. **Entendendo o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público**. Brasília. 1ª Edição, 2014.

HADDAD, Rosaura Conceição; MOTA, Francisco Galuber Lima. **Contabilidade Pública**. 2º. Edição. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2012.

KOHAMA, H. **Contabilidade pública: Teoria e Prática**. 14.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MOTA, Francisco Glauber Lima. **Contabilidade Aplicada ao Setor Publico**. Brasília: Vesticon, 2009.



CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM SERVIÇOS PÚBLICOS - CAMPUS TARAUCÁ

Semestre: 2º

Carga Horária: 30h

Quantidade de Aulas: 36 aulas

Disciplina: Projeto Integrador II

Ementa: O componente curricular propõe o planejamento e produção de um projeto relacionado à temática “A Gestão Pública no Município de Tarauacá”, por meio de conhecimentos adquiridos durante o curso ou participação em grupos de trabalho do Campus, por meio das informações levantadas no Projeto Integrador I, buscando realizar um estudo de caso de um órgão ou setor público do município, para identificar os gargalhos do cotidiano, a fim de elaborar um relatório sobre o que foi identificado integrando os conhecimentos adquiridos ao longo do semestre.

Referências Básicas:

ACRE. **Lei Complementar nº 005/2014 de 29 de dezembro de 2014.** Institui o Plano de Cargo, Carreira e Remuneração dos servidores do poder executivo Município de Tarauacá-Acre.

ACRE. **Lei Complementar Nº 355, de 28 de dezembro de 2018.** Dispõe sobre a estrutura administrativa, política e operacional do Poder Executivo do Estado do Acre.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. NOHARA, Irene Patrícia. **Gestão pública: Abordagem Integrada da Administração e do Direito Administrativo.** 1ª Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

Referências Complementares:

ACRE. **Lei Complementar nº 847 de maio de 2015.** Estatuto dos servidores civis do município de Tarauacá.

ESTRELA, Carlos. **Metodologia Científica: ciência, ensino, pesquisa.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2018.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 8a. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MÁTTAR NETO, João Augusto. **Metodologia científica na era da informática.** São Paulo: Saraiva, 2007.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

12.1.3 - Ementas do terceiro semestre



CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM SERVIÇOS PÚBLICOS - CAMPUS TARAUCÁ

Semestre: 3º

Carga Horária: 45h

Quantidade de Aulas: 54

Disciplina: Contratos, Compras e Convênios

Ementa: Licitação pública: Modalidades, conceitos, origens e princípios. Lei nº 8.666/1993 e suas alterações. Lei nº 10.520/2002. Dispensa de Licitação. Inexigibilidade de Licitação. Anulação, Revogação, Recursos Administrativos. Procedimentos das licitações. Contratos públicos: características, rescisão e modalidades. Princípios legais em contratos públicos para o fornecimento de bens e serviços. Elaboração de contratos públicos para o fornecimento de bens e serviços. Aspectos fundamentais das compras na Administração Pública, Alterações dos contratos administrativos, Execução dos contratos, administrativos, Elaboração e execução de convênios.

Referências Básicas:

BRASIL. **Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993.** Institui normas para licitações e contratos na administração pública. Diário oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 22 jun. 1993.

_____. **Lei Nº 10.520, de 17 de julho de 2002.** Institui a modalidade pregão para licitações. Diário oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 jul. 2002.

MARINELA, Fernanda. **Direito administrativo.** 9. ed. São Paulo Saraiva 2015.

Referências Complementares:

CRETELLA JUNIOR, J. **Das licitações públicas.** São Paulo: Forense Universitária, 2001.

FERNANDES, J. U.J. **Contratação Direta Sem Licitação.** 8ª Ed. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

MEIRELLES, H. L. **Licitação e Contrato Administrativo.** 15ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

OLIVEIRA, M. **Lei Nº 8.666/1993: Licitações e Contratos Administrativos.** São Paulo: Elsevier – Campus, 2013.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Licitações e contratos administrativos: teoria e prática.** Rio de Janeiro: Método, 2015.



CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM SERVIÇOS PÚBLICOS - CAMPUS TARAUCÁ

Semestre: 3º

Carga Horária: 30h

Quantidade de Aulas: 36

Disciplina: Economia do Setor Público

Ementa: Conceitos introdutórios ao estudo da Macroeconomia e sua relação com o Estado. Os agregados macroeconômicos. O conceito de PIB e de PNB. PIB Potencial e Efetivo. Hiato do PIB. Procura Agregada. Oferta Agregada. Equilíbrio Macroeconômico. O papel do Estado na atividade econômica. Funções Alocativa, Redistributiva e Estabilizadora do Estado. Os modelos de política econômica. Os tipos de política econômica. A inflação e os tipos de inflação. Índices de inflação. Indicadores macroeconômicos (Taxa Selic, Taxa de Câmbio e Taxa de Juros de Longo Prazo). O Sistema Financeiro Nacional (SFN). Finanças Públicas. Orçamento Público. Financiamento do governo: tributação e política tributária. O debate sobre a dívida pública. O Sistema Previdenciário Nacional. Política Externa Nacional e Balança de Pagamentos. Introdução à economia internacional e ao conceito de globalização.

Referências Básicas:

ARVATE, Paulo; BIDERMAN, Ciro. **Economia do Setor Público no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FERNANDES, Abel Costa. **Economia das Finanças Públicas**. São Paulo: Almedina, 2010.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à Economia**. 20 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

Referências Complementares:

EPPING, Randy Charles. **Economia mundial para iniciantes**. São Paulo: BEI, 2001.

GONÇALVES, Robson Ribeiro Et. al. **Economia aplicada**. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

OLIVEIRA, Jayr Figueiredo Et. al. **Economia para administradores**. São Paulo: Saraiva, 2005.

RIANI, Flávio. **Economia: princípios básicos e introdução à microeconomia**. São Paulo: Pioneira, 1998.

SILVA, César Roberto Leite da; SINCLAYR, Luiz. **Economia e mercados - introdução à economia**. São Paulo: Saraiva, 1995.



CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM SERVIÇOS PÚBLICOS - CAMPUS TARAUCÁ

Semestre: 3º

Carga Horária: 45h

Quantidade de Aulas: 54

Disciplina: Lei de Responsabilidade Fiscal

Ementa: Lei complementar nº 101 de 5 de maio de 2000 e alterações. Transparência Administrativa. Limitação de gastos. Relatórios de Controle de execução orçamentária. Prestação de contas. Tribunais de contas da União e dos estados. Responsáveis legais. Processos fiscais. Tipos de Documentação. Prazos para encaminhamento e julgamento das contas. Tomadas de contas especiais.

Referências Básicas:

HARADA, K. **Responsabilidade Fiscal**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.
 PALUDO, Augustinho. **Orçamento Público e Administração Financeira e Orçamentária e Lrf**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier – Campus, 2013.
 PEREIRA, J. M. **Finanças Públicas: Foco na Política Fiscal, no Planejamento e Orçamento Público**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Referências Complementares:

CONTI, Jose Mauricio. **Orçamentos Públicos: A Lei 4.320/1964 Comentada**. 2. ed. Brasília: Rt, 2010.
 CRUZ, Flavio da. **Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
 GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
 MARTINS, Ives Gandra da Silva; NASCIMENTO, Carlos Valder do. **Comentários à Lei de Responsabilidade Fiscal**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2013, 720 p.
 REIS, Heraldo da Costa. **A Lei 4.320 Comentada e a Lei de Responsabilidade Fiscal**. 34. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.



CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM SERVIÇOS PÚBLICOS - CAMPUS TARAUCÁ

Semestre: 3º

Carga Horária: 30h

Quantidade de Aulas: 36

Disciplina: Gestão de Documentos e Arquivologia

Ementa:

Definição de Gestão de Documentos e seus objetivos. Classificação de documentos e seus métodos. Características e classificação de correspondências. Definição e conceitos de arquivística. Sistemas e métodos de arquivamento. Dicas de conservação de documentos.

Referencias Básicas:

FREIBWERGER, Zélia. **Gestão de Documentos e Arquivística**. Curitiba, PR: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, 2012.

PAES, Marilena Leite. **Arquivos: teoria e prática**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

RONDINELLI, Rosely Curi. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

Referencias Complementares:

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa** - atualizada pelo novo acordo ortográfico. 37. ed. São Paulo: Abril. 2009.

CEREJA, William Roberto, Thereza Cochar Magalhães. **Texto e Interação: uma proposta de interação textual a partir de gêneros e projetos**. 4. ed. São Paulo: Atual, 2013.

LIMA, A. Oliveira. **Manual de Redação Oficial**. 3. ed. São Paulo: Campus, 2009

SANTOS, Vanderlei Batista dos. **Arquivística: Temas Contemporâneos**. Distrito Federal: SENAC, 2008.

SOUZA, Renato Tarciso Barbosa de. **Arquivística Temas Contemporâneos**. Distrito Federal: SENAC, 2008 2ª edição.



CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM SERVIÇOS PÚBLICOS - CAMPUS TARAUCÁ

Semestre: 3º

Carga Horária: 30h

Quantidade de Aulas: 36 aulas

Disciplina: Gestão de Pessoas

Ementa: A evolução da gestão de pessoas, aspectos históricos. A gestão de pessoas no contexto contemporâneo. Planejamento estratégico da gestão de pessoas. Organização da gestão de pessoas. Processos de gestão de pessoas. Dinâmica do mercado de trabalho. Gestão de carreiras (Recrutamento, seleção, treinamento, desenvolvimento e avaliação). Novas tendências para gestão de pessoas. Gerenciamento de conflitos no ambiente de trabalho.

Referências Básicas:

BRANDÃO, Hugo Pena. **Mapeamento de competências:** ferramentas, exercícios e aplicações em gestão de pessoas. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2017.
 CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão De Pessoas:** o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 4ª Ed. São Paulo: Manole, 2014.
 DUTRA, Joel Souza. DUTRA, Tatiana Almendra. DUTRA, Gabriela Almendra. **Gestão de pessoas - realidade atual e desafios futuros.** São Paulo: Atlas, 2017.

Referências Complementares:

ALBUQUERQUE, Jamil Lopes. **A arte de lidar com pessoas:** a inteligência interpessoal aplicada. 3ª Ed. São Paulo: Planeta, 2017.
 BRANDÃO, Hugo Pena. **Mapeamento de competências:** ferramentas, exercícios e aplicações em gestão de pessoas. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2017.
 FERNANDES, Bruno Rocha. **Gestão Estratégica de Pessoas.** 1ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
 FERREIRA, Víctor Cláudio Paradela. SANTOS, Antônio Raimundo. NASSER, José Eduardo. JOHANN, Maria Elizabeth Pupe. **Gestão de pessoas na sociedade do conhecimento.** 1ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2016.
 SPRANGER, Eduard. **Tipos de pessoas.** Editora: Sucess for You, 2016.



CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM SERVIÇOS PÚBLICOS - CAMPUS TARAUCÁ

Semestre: 3º

Carga Horária: 30h

Quantidade de Aulas: 36

Disciplina: Matemática Financeira

Matemática Financeira; Aumentos e descontos; Variação percentual; Juros simples; Juros compostos; Juros e funções; Aplicações da Matemática Financeira; Capitalização e amortização compostas; Empréstimos.

Referências Básicas:

DANTE, LUIZ ROBERTO. **Matemática**: Contexto e Aplicações. 3a ed. 4 vols. São Paulo: Ática, 2016.

PAIVA, MANOEL. **Matemática**. 1a ed. 3 vols. São Paulo: Moderna, 2016.

HAZZAN, Samuel; POMPEO, José Nicolau. **Matemática financeira**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

Referências Complementares:

BALESTRI, Rodrigo Dias. **Matemática**: Interação e Tecnologia. 2ª ed. 3 volumes. São Paulo: Editora Leya, 2016.

BARROSO, Juliani Matsubara. **Conexões com a Matemática**. São Paulo: Editora Moderna, 2010.

BUCCHI, Paulo. **Curso prático de Matemática**, 1º ano. São Paulo: Editora Moderna, 2002.

BUIAR, C. Luiz. **Matemática financeira**. Curitiba: Editora do Livro Técnico, 2010.

DINIZ, Maria Ignez, SMOLE Kátia Stocco. **Matemática Ensino Médio**. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.



CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM SERVIÇOS PÚBLICOS - CAMPUS TARAUCÁ

Semestre: 3º

Carga Horária: 30h

Quantidade de Aulas: 36

Disciplina: Qualidade no Atendimento ao Público

Ementa:

Atendimento ao Público: conceito, processo do atendimento, perfil do atendente, habilidades essenciais do atendente; solução e encaminhando queixas e reclamações: o papel das ouvidorias; princípios éticos no atendimento ao público; acessibilidade e atendimento de pessoas com deficiências; orientação ao cidadão, transparência e acesso à informação; atendimento presencial e atendimento não presencial; atendimento coletivo; oficinas práticas.

Referencias Básicas:

EMBRAPA. **Manual de atendimento ao cliente**. Brasília: Embrapa, 1997.
 FERNANDES, Walberto. **Excelência no Atendimento a cliente**: um livro para todos os profissionais de atendimento. Salto/SP: Editora Schoba 2010.
 LORENZETTI, G. B. de F.; VULCANO, M. S.; SANTION, M. (Org.). **Programa de excelência no atendimento ao cliente**: pratique e provoque melhorias. Campinas: AFPU-Unicamp, 2010.

Referencias Complementares:

CARLZON, Jan, A Hora da Verdade, Rio de Janeiro: Sextante. **Norma NBR ISO 10002 – Gestão da Qualidade – Satisfação do Cliente** – Diretrizes para o tratamento de reclamações nas organizações.
 ENAP. **Curso de atendimento ao cidadão**. 2014. PROGRAMA DE EXCELÊNCIA NO ATENDIMENTO AO CLIENTE. PEAC. Disponível em: [HTTP://WWW.peac.rei.unicamp.br/apresentação.php](http://www.peac.rei.unicamp.br/apresentação.php) – Acesso em: 20 mar 2014.
 LAS CASAS. Alexandre Luzzi. **Excelência em Atendimento ao Cliente**: atendimento e serviço ao cliente como fator estratégico e diferencial competitivo. São Paulo: M. Books do Brasil Editora, 2012.
 LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Marketing de Serviços**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
 SILVEIRA, A. C.; TEIXEIRA, G. M.; BASTOS NETO, C. P. S. **Gestão estratégica de pessoas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.



CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM SERVIÇOS PÚBLICOS - CAMPUS TARAUCÁ

Semestre: 3º

Carga Horária: 30

Quantidade de Aulas: 36

Disciplina: Libras

Ementa: A Língua Brasileira de Sinais- Libras: Desmitificando os mitos que circulam o Surdo e a Língua de Sinais. Aspectos históricos culturais do povo surdo e da língua de sinais. Introdução à conversação em Libras através modelos interacionais e comunicativos.

Referências Básicas:

FELIPE, T. A. **Libras em Contexto:** Curso básico: Livro do Aluno. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 6. ed. 2016.

GESSER, A. **LIBRAS?** Que Língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da realidade surda e da Língua de sinais. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

QUADROS, Ronice Muller; KARNOPP, Lodenir. **Língua de Sinais Brasileira:** estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Referências Complementares:

CAPOVILLA, CAPOVILLA Fernando César Capovilla. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilingüe** - Língua Brasileira de Sinais. São Paulo: Edusp, 2003.

SKLIAR, C. A **Surdez:** um olhar sobre as Diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

STROBEL, K. L. **História dos Surdos:** representações “mascaradas” das identidades surdas. In: QUADROS, R. M. de; PERLIN, G. (org.). Estudos Surdos II. Petrópolis: Arara Azul, 2007.

STROBEL, K. L. **História da Educação dos Surdos.** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

STROBEL, Karin. **As imagens do Outro sobre a cultura Surda.** Santa Catarina: editora da UFSC, 2016.



CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM SERVIÇOS PÚBLICOS - CAMPUS TARAUCÁ

Semestre: 3º

Carga Horária: 30h

Quantidade de Aulas: 36 aulas

Disciplina: Projeto Integrador III

Ementa: O componente curricular propõe o planejamento e produção de um projeto relacionado à temática “A Gestão Pública no Município de Tarauacá”, por meio de conhecimentos adquiridos durante o curso ou participação em grupos de trabalho do Campus, por meio das informações levantadas no Projeto Integrador I e II, buscando realizar um estudo de caso de um órgão ou setor público do município, para identificar os gargalhos do cotidiano, a fim de elaborar um relatório sobre o que foi identificado integrando os conhecimentos adquiridos ao longo do semestre.

Referências Básicas:

ACRE. **Lei Complementar nº 005/2014 de 29 de dezembro de 2014.** Institui o Plano de Cargo, Carreira e Remuneração dos servidores do poder executivo Município de Tarauacá-Acre.

ACRE. **Lei Complementar Nº 355, de 28 de dezembro de 2018.** Dispõe sobre a estrutura administrativa, política e operacional do Poder Executivo do Estado do Acre.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. NOHARA, Irene Patrícia. **Gestão pública: Abordagem Integrada da Administração e do Direito Administrativo.** 1ª Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

Referências Complementares:

ACRE. **Lei Complementar nº 847 de maio de 2015.** Estatuto dos servidores civis do município de Tarauacá.

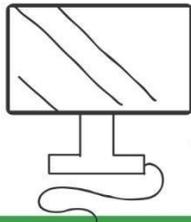
ESTRELA, Carlos. **Metodologia Científica: ciência, ensino, pesquisa.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2018.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 8a. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MÁTTAR NETO, João Augusto. **Metodologia científica na era da informática.** São Paulo: Saraiva, 2007.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

12.2 - Resolução de criação e funcionamento do curso



www.ifac.edu.br

